

MELINA BRASIL SILVA RESENDE

**O CURSO NORMAL DO COLÉGIO SAGRADO
CORAÇÃO DE JESUS
ARAGUARI-MG
(1930-1947)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2006

MELINA BRASIL SILVA RESENDE

**O CURSO NORMAL DO COLÉGIO SAGRADO
CORAÇÃO DE JESUS
ARAGUARI-MG
(1930-1947)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R433c Resende, Melina Brasil Silva, 1981-
**O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari -
MG (1930-1947) / Melina Brasil Silva Resende. - 2006.**
102 f. : il.

Orientador: Geraldo Inácio Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
ma de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Teses. 2. Colégio Sagrado Coração de Jesus -
Araguari (MG) - História - Teses. I. Inácio Filho, Geraldo. II. Universi-
dade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37(091)

Dedico este trabalho a minha família: meu esposo Rodrigo, meus pais Antônio e Maura e aos meus irmãos Nádia, Murilo e Maraya.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, aquele em que me apeguei tantas vezes durante os momentos de dificuldade.

Ao Rodrigo, pelo importante incentivo, companheirismo e coragem que me transmite todos os dias.

Aos meus pais pelo grande esforço de minha educação e pela confiança compartilhada em todos os momentos.

Ao Prof. Geraldo Inácio Filho, orientador e amigo que me auxilia desde meus primeiros passos no caminho da pesquisa científica.

Ao James e a Gianni, amigos dispostos a ajudar e a dar uma palavra de incentivo e gentileza nas horas mais difíceis.

Às religiosas do Colégio Sagrado Coração de Jesus e toda sua coordenação, pela atenção e prontidão em me auxiliar durante a pesquisa.

Às ex-alunas, pela grande contribuição dada através de suas memórias, especialmente à Irmã Giovanni, que hoje não está entre nós, mas que deixou grande saudade das tardes de conversas francas e alegres.

Obrigada a todos.

RESUMO

Este é um estudo sobre o Curso Normal criado no Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguari-MG, fundado e dirigido pelas religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria.

A abrangência do período estudado é de 1930 – início da primeira turma do Curso Normal – a 1947 – data em que a instituição recebeu outorga de mandato para ministrar o Ensino Normal de 2º Ciclo.

O trabalho objetivou compreender o processo de criação e consolidação do Curso Normal observando, sobretudo os discentes, docentes, as práticas pedagógicas e os saberes transmitidos durante o cotidiano do Colégio.

Para isso, foram realizadas consultas à bibliografia referente ao assunto, pesquisas de documentos em arquivos públicos e particulares; acesso a iconografia e jornais da época. Também foram colhidos depoimentos junto a ex-alunos e professores. Com isso, podemos vislumbrar a relevância histórica do Colégio, o que possibilitou reconhecer seu sentido histórico local, sem perder de vista seus aspectos mais abrangentes.

A partir das análises realizadas, compreendemos que a abertura do Colégio fazia parte da proposta católica de recristianização da nação brasileira. E assim, com a criação do Curso Normal na instituição, as jovens continuariam a receber a educação já iniciada em seus lares e na escola.

Mais que profissionalizar mulheres para atuarem no magistério, as freiras do Colégio formavam moças capazes de transmitir a fé católica às futuras gerações: ou como boa mãe e esposa e/ou como boa professora do ensino primário.

Palavras – chaves: História da Educação, Instituição Educativa, Ensino Confessional.

ABSTRACT

This essay is about the 'Curso Normal', created at Colégio Sagrado Coração de Jesus, in Araguari, MG; founded and directed by the nuns from 'Congregação do Sagrado Coração de Maria' (Congregation of Holy Heart of Maria).

The period in the study ranges from 1930 to 1947, that is, from the beginning of the first class of course, to the date when the institution received the grant for teaching the 'Curso Normal 2º Ciclo' (Teacher's Preparatory Course, High School Level, from the 1st to 4th -year Primary Grades).

This study aims to understand the creative process, and the consolidation of 'Curso Normal', by the observation of the faculty, the students and teaching bodies, the pedagogical activities and the knowledge transmitted during the daily activities at the school.

The research was organized considering the bibliographical sources with pertaining subjects, public and private historical files, access to newspapers and iconography which included that period. Also, interviews and testimonies were collected from former students and teachers. This way, it was possible to glimpse the historical relevance presented by the School; it made it possible to recognize its meaning – as much important in its location as in its history too, without losing the more pertinent aspects.

Considering the analyses and conclusions reached then, we understood that the opening and installation of the School was a part of the Catholic proposal to the re-christianization of the Brazilian nation; and by creating the 'Curso Normal' in the institution, the young people would continue to receive the education already started in their homes and school. It aimed at more than making a professional career possible for women in the primary level; the nuns graduated female teachers, capable of transmitting the catholic faith to future generations: either as good mothers and wives, and / or good primary level school teachers.

Key words: History of Education, Educational Institution, Religious Directed Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8	
CAPÍTULO I		
Princípios norteadores para historiar o Colégio Sagrado Coração de Jesus:		
História da Educação e Instituições Escolares.....	13	
1. História da educação: um campo em constante (re) construção.....	16	
2. Instituições Escolares: espaços de contradições.....	19	
2.1 A utilização das fontes na História das Instituições Escolares.....	24	
2.1.1 A imprensa como fonte de estudos históricos.....	25	
2.1.2 História Oral: conversas entre o passado e o presente.....	27	
2.1.3 Outras fontes de estudo: a iconografia e a arquitetura das instituições.....	30	
CAPÍTULO II		
Religião e Educação: em busca das influências históricas do catolicismo na configuração educacional brasileira.....		34
1. Pequeno histórico da presença católica no Brasil.....	35	
2.A Igreja e a educação em Minas Gerais.....	44	
2.1A origem da região do Triângulo Mineiro e da cidade de Araguari.....	45	
2.2 Situação educacional do Triângulo Mineiro.....	51	
2.2.1 A presença de instituições confessionais no Triângulo.....	52	
2.2.2 Gênese do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguari.....	55	
2.2.3 Primeiras atividades do Colégio Sagrado Coração de Jesus.....	61	

CAPÍTULO III

Educação e Magistério: o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração

de Jesus	67
1.Caracterizando a Escola Normal Brasileira.....	67
2.O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus.....	71
2.1 Educar Professoras: em busca de uma disciplinada formação.....	75
2.2 Rituais Pedagógicos e Currículo.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	100

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotos:

- 01 – Padre Lafayette de Godoy.
- 02 – Inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goyás, 1928.
- 03 – Colégio Regina Pacis- entrada principal. Década de 1930.
- 04 – Padre Marcos Erwik, professor do Colégio Regina Pacis e Reitor do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
- 05 – Padre Manuel Curado Fleury.
- 06 – Casa adquirida para abrigar as instalações iniciais do Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919.
- 07 – Madre Maria Blandina: Superiora Nacional da Congregação do Sagrado Coração de Maria e Diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
- 08 – Novo prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus construído na antiga rua Boa Vista. Década de 1930.
- 09 – Dormitório do Colégio Sagrado Coração de Jesus
- 10 – Sala da Secretaria do Colégio. Década de 1940.
- 11 – Passeio dominical das alunas do internato. Década de 1940.
- 12 – Interior da Capela do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Década de 1930.
- 13 – Sala de aula do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Década de 1940.
- 14 – Aula de educação física. Década de 1930.

LISTA DE TABELAS

- 01 – Número de alunas por ano no Colégio Sagrado Coração de Jesus.
- 02 – Número de alunas que concluíram o ano letivo do Curso Normal, 1930 – 1947

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que tem como objeto de estudo o curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Visa poder contribuir aos estudos relacionados à história da educação da região do triângulo mineiro, reunindo-se a outros estudos já realizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE), da Universidade Federal de Uberlândia¹.

O interesse em estudar esta instituição surgiu diante o fato de que ela foi a primeira escola particular de cunho confessional da cidade de Araguari (já que o “Grupo Escolar” já havia sido inaugurado nos anos de 1909 e tratava-se de uma escola pública estadual ²). Aqui serão apresentados alguns questionamentos e reflexões acerca do Curso Normal e do Colégio, haja vista que ainda hoje ele é tido como referência educacional na cidade.

A instituição foi inaugurada no ano de 1919 por freiras da Congregação do Sagrado Coração de Maria, originárias da cidade de Berlaar, Bélgica e que por carisma devem prestar serviços em hospitais e instituições escolares.

O período abarcado por este estudo inicia-se em 1930, ano em que teve início a primeira turma do Curso Normal, e se estende até 1947, ano em que o Colégio recebeu outorga de mandato do governo estadual para ministrar o Curso Normal de 2º Ciclo, ou seja, tornou-se oficialmente um estabelecimento responsável pela formação de professoras para atuarem em escolas primárias.

Nessa perspectiva, buscou-se compreender o processo de criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus e especialmente de seu Curso Normal. Procurou-se observar

¹ ARAÚJO, J. C. S. *et alii.* (jan./dez. 2002). O Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia: Trajetória de pesquisa e contribuição na formação de jovens Pesquisadores. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia. Vol. 1, n. 1, pp. 11-16.

² NAVES, M. C. F. M., RIOS, G. M. (1988). **Araguari cem anos de dados e fatos**. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari, p.102.

as atividades iniciais do Normal, os docentes e discentes, além de seu currículo e suas práticas pedagógicas.

Diversas Congregações Europeias já se instalavam no país desde a segunda metade do século XIX disseminando uma educação clássica pautada nos valores culturais da Europa e que primavam pela obediência e pela disciplina.

Naquele momento, a Igreja Católica passava por grande instabilidade na Europa, decorrente dos movimentos de secularização da sociedade do século XVII. Sob o esforço de reestruturação e reorganização da catolicidade brasileira (que também passava por alguns reveses), a educação destacou-se por se tratar de importante meio por onde a renovação da presença católica poderia atuar, sobretudo pelos religiosos advindos da Europa.

A vinda das religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria para Araguari no ano de 1918 dá-se num momento em que a Igreja Católica fazia frente a um projeto maior de evangelização da nacionalidade brasileira como maneira de retomar o caráter católico da nação.

Criado num momento crucial da história brasileira, o curso Normal visava formar boas professoras e excelentes donas de casa, uma vez que o aumento de escolas em todo o território brasileiro era tido como a grande saída da estagnação histórica em que se encontrava o Brasil nos primeiros anos do século XX; a consolidação do novo governo implantado por Getúlio Vargas em 1930 primava por uma educação voltada para os valores nacionais, a ordem e a disciplina, estes vistos como elemento primordial pelos governantes.

A busca por colégios confessionais, principalmente pelas famílias mais ricas, demonstrava o grande interesse que essa camada (constituída em maioria por grupos católicos), possuía pela continuidade dos valores transmitidos pela Igreja³.

Em nível nacional, o que se observa durante as primeiras décadas do século passado, é que a Igreja Católica encontrava-se numa empreitada pela restauração de sua supremacia nacional. Durante a abertura e consolidação do Colégio Sagrado Coração de

³ Com a implantação do regime republicano, a constituição das ciências e do positivismo contiano e a renegação do catolicismo, as famílias católicas cada vez mais procuravam as escolas comandadas por religiosos como local mais preparado a dar continuidade à educação católica já recebida no lar. (INÁCIO FILHO, G. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, J. C. S & GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em História da Educação Brasileira** – Instuições escolares e educação na Imprensa. (2002). Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EDUFU, pp. 39-64.)

Jesus, os interesses católicos encontravam-se abalados pelas novas crenças e religiões advindas da modernidade e do republicanismo; como uma de suas estratégias, a Igreja remetia todos os anos ao Brasil, novas congregações de religiosos advindas de várias regiões do planeta, que tinham por finalidade posterior a abertura de escolas confessionais para a educação das novas gerações.

Com o conhecimento dessas premissas, pude me aprofundar nas análises referentes à instituição.

O primeiro contato que tive com o Colégio foi durante meus estudos enquanto aluna do curso de Pedagogia, realizado na Universidade Federal de Uberlândia. Fui aluna de iniciação científica e bolsista pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa).

Meu objeto de pesquisa foi o Colégio Sagrado Coração de Jesus. O contato com as fontes primárias aumentou ainda mais meu interesse pela escola e pelo Curso Normal que ali fora instalado em 1930. Questionamentos com relação às atividades realizadas, aos processos pedagógicos, o público freqüentador; quais seriam os objetivos daquela Congregação ao formar professoras aptas a lecionarem no ensino primário. Cada vez mais o passado do Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus tornava-se interessante e inquietador.

Ao concluir a iniciação científica verifiquei que o público alvo do Colégio Sagrado Coração de Jesus eram as meninas da cidade e região. Através de seu internato, muitas famílias de outros estados brasileiros mandavam suas filhas para receberem uma educação católica dentro dos padrões rígidos da Congregação.

Porém, ao término do ensino primário, muitas das famílias tradicionais de Araguari requisitavam por uma educação capaz de profissionalizar e ainda preparar as jovens para as vivências cotidianas de um futuro lar.

A partir daí o papel do Curso Normal torna-se relevante dentro do cenário da cidade. É um período em que novas escolas são abertas; torna-se mister que a população receba educação para assim contribuir para o desenvolvimento da nação. Isto gera uma demanda por professoras capacitadas, em sua maioria, através das Escolas Normais confessionais.

A mulher recebe essa incumbência: deverá ser a responsável por educar seus filhos, e no mercado de trabalho, deverá educar seus alunos com a mesma compaixão e comprometimento.

Através das lacunas deixadas pelo estado, diversas Congregações religiosas abrem Escolas Normais, vislumbrando aí um importante meio de evangelização e recristianização da sociedade brasileira.

A partir dessa análise, busquei compreender melhor as diversas faces do Curso Normal. Assim, o objetivo deste trabalho é de desvelar o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus no período de 1930 a 1947: analisar sua proposta de educação, seus intuítos formativos. Quais foram os objetivos buscados pela Igreja Católica ao promover a abertura de um Curso Normal na cidade de Araguari?

Ao se responsabilizar pela educação feminina, as religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria queriam formar mulheres moldadas pela moralidade católica; para isso deveriam zelar pela castidade e pureza das alunas a elas confiadas.

Para o caminhar deste estudo foi preciso procurar por documentos e textos referentes ao Colégio. Num primeiro momento fui à instituição para entrar em contato com os documentos que lá pudessem transmitir algo sobre o Curso Normal.

Fui muito bem atendida por diversas religiosas que moram na instituição já faz algum tempo. Foram conversas proveitosas de uma época em que elas se relembram com saudade e orgulho.

Ao lado das fontes documentais, optei também pela utilização da História Oral. Juntamente à análise documental e estudos referentes à História da Educação, pude conhecer diversas pessoas que vivenciaram as experiências proporcionadas pelo Curso Normal, o que foi extremamente importante. Porém cabe salientar que procurou-se não atribuir maior importância a um tipo de fonte em detrimento das demais, já que a complementaridade delas é que proporciona uma melhor compreensão da realidade.

Também buscou-se por fontes na imprensa local, com a pesquisa em jornais e revistas da época que se encontram no Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto”.

Enfim, este trabalho se propõe a construir análises investigativas sobre o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus através de três capítulos.

O primeiro trata sobre a fundamentação teórica utilizada na construção dos conhecimentos necessários para uma melhor compreensão da História da Educação e das Instituições Escolares.

No segundo capítulo, a proposta é de demonstrar as influências da Igreja Católica na realidade educacional do Brasil, desde seus primeiros momentos como colônia; as divergências políticas e as lutas para permanecer como religião “natural” da

população brasileira. Também são demonstradas as primeiras atividades do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Por fim, o terceiro capítulo analisa o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus através de reflexões acerca da documentação pesquisada, o estudo bibliográfico e as narrativas de ex-alunos e professores.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA HISTORAR O COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Este capítulo realiza análise dos princípios teóricos que serviram de suporte para a efetivação deste trabalho. Serão discutidos os passos utilizados para a coleta de dados, a análise bibliográfica, a escolha do tema e da instituição, além da importância dada às fontes primárias e orais. Nele será realizado um breve histórico das pesquisas em História da Educação, enfocando principalmente as novas teorias da Nova História; procura-se realizar uma explanação sobre os aspectos pertinentes aos estudos sobre instituições escolares, salientando questões como as fontes de pesquisa que nortearam as interpretações realizadas.

As pesquisas históricas que valorizam as especificidades e abarcam novas fontes de estudo, tais como os relatos orais, a imprensa, iconografia, etc, têm tido grandes avanços durante as últimas décadas.

Contudo, percebe-se que, para o historiador compreender a importância das particularidades dos processos históricos, ocorreram diversas transformações nos meios sociais e científicos de se conhecer a realidade humana.

A corrente positivista que dominou os meios científicos até os fins do século XIX utilizava-se dos documentos escritos como fonte prioritária em suas pesquisas, considerando a história uma mera narrativa de fatos oficiais.

Os estudos pós década de 1930 discutem a concepção positivista de visualizar os fatos históricos apenas pela ótica oficial que desconsideram os processos históricos e a participação de seus diversos atores.

Segundo Gatti Júnior (2002a, p.03-23), ocorreram diversas mudanças relacionadas à pesquisa histórica, especialmente a partir dos anos 1950 quando o enfoque dado a esse tipo de estudo começou a se produzir a partir de uma perspectiva menos tradicional e factual para uma abordagem onde se compreende que não existe uma única forma de enxergarmos a realidade. Como exemplo o autor relata a experiência da Escola dos Anais (*Annales*) realizada na França - caracterizando-se essa como uma reação à historiografia positivista e que posteriormente passou-se a chamar de Nova História.

Nessa perspectiva:

[...] a história da educação tem constituído um desafio epistemológico ao imaginário e ao inventivo, instituindo novos objectos de estudo, como as histórias de vida, as memórias colectivas e individuais, as biografias, a imagem, a representação, a apropriação (MAGALHÃES, 1998, p. 59).

Dessa forma, o estudo das Instituições Escolares também se apresenta como um importante meio para obtenção de informações essenciais pelo pesquisador que busca assim um melhor entendimento da dinâmica educacional regional e nacional e, fundamentalmente, uma maior compreensão da História da Educação do Brasil.

Tendo em mente esta perspectiva é que foi escolhido o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Instituição importante da cidade de Araguari, Minas Gerais e que a mais de oitenta anos preocupa-se com a educação dos araguarinos.

Pela dificuldade de se estudar todos os aspectos existentes dentro de uma instituição, optou-se pela apreciação do curso Normal que foi criado em 1930 nesse colégio, na procura por aprofundar-se em discussões dentro da esfera deste nível de ensino ministrado, analisando-o através de seu currículo e suas práticas pedagógicas.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi criado na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 1919 pelas religiosas pertencentes à Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, de origem belga. As primeiras atividades que as freiras empreenderam dentro da escola deram-se no ensino primário. Atendendo a grande demanda realizada pelas famílias da sociedade araguarina da época, as responsáveis

pelo colégio decidiram abrir o curso Normal para as moças da região. O curso de formação de professores abriu sua primeira turma em 1930, mas somente em 1931 este foi oficialmente reconhecido pelo Governo mineiro.

O curso Normal atendia exclusivamente a garotas em regime de internato, semi-internato e externato, sendo que a maioria da clientela era formada pelas filhas das famílias mais ricas de Araguari e região (principalmente de Goiás) que buscavam num colégio religioso a educação necessária para a formação de suas meninas.

Sob a perspectiva da Nova História, a escola é tida como espaço de formação onde conhecimentos são transmitidos juntamente à disseminação de valores sociais, amparados de uma legislação coerente com os interesses de determinada época:

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e idéias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas (BUFFA, 2002, p. 25).

Ao abrirem as portas de uma escola voltada apenas para meninas, as Irmãs desejavam formar um tipo de sociedade e ministrar uma educação que pudesse atender a uma determinada parcela da população (devido aos altos custos da instituição). A legislação nacional propugnava que apenas o Estado poderia abrir escolas Normais, porém, ao pedirem autorização ao governo estadual esta lhes foi concedida. Ou seja, na realidade os órgãos públicos não se responsabilizaram sobre o dever de formar novos professores para atuarem nos grupos escolares que eram abertos pelos republicanos, deixando caminho aberto para as Congregações católicas atuarem nesse ramo de ensino.

Ao compreender as imensas possibilidades de estudo que o ambiente escolar pode propiciar, faz-se necessária a escolha de um período delimitado em relação aos estudos que serão realizados no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Quanto ao recorte temporal, é preciso que se busque na própria instituição escolar pesquisada algo que o justifique, ou seja, marcos inerentes ao objeto de estudo em questão (MOURA, 2002, p.45).

Sendo assim, a periodização tem início em 1930, ano em que teve início a primeira turma do Curso Normal. O período alonga-se até 1947, onde, pelo Decreto Estadual nº 2416, o colégio recebeu outorga de mandato para ministrar o Ensino Normal de 2º Ciclo.

1. História da educação: um campo em constante (re) construção

Desde o início do século XX, a pesquisa histórica vem sofrendo um intenso processo de renovação teórico-metodológica. Críticas à tradição positivista de fazer ciência são realizadas. Os historiadores atrelados à visão “tradicional” (positivista) consideravam como fonte fidedigna apenas os documentos escritos, oficiais, sendo esses portadores da absoluta verdade.

Sendo assim, as pesquisas históricas (principalmente pós-1930), vem discutindo a concepção positivista de perceber os fatos históricos apenas pela ótica dos fatos considerados oficiais, desconsiderando os processos históricos e seus diversos atores, o que causou uma discussão quanto ao paradigma “tradicional” utilizado até então pelas ciências.

Contra a dominação da “escola positivista”, exprime-se uma corrente inovadora na historiografia francesa surgindo a *Escola dos Annales* durante os anos 1920, procurando superar essa historiografia até então dominante, esforçando-se por aproximar a história das ciências humanas.

Durante os anos de 1970, surge o que ficou conhecido como “Nova História”. Considerada como “história-problema”, foi lançada por alguns representantes da escola dos *Annales*. Esta é uma corrente que reivindica uma renovação em todo o campo histórico à procura da história cultural, abandonando o culto das personalidades e demonstrando a possibilidade da releitura das fontes.

Para Nunes (1992, p. 1512):

Na apresentação dos três volumes que compõem a obra coletiva Faire L’histoire (1974), Jacques Le Goff e Pierre Nora marcam a intenção de divulgar um novo tipo de história. A novidade anunciada expressa-se nos problemas, nas abordagens e nos objetos. Alguns motivos são apresentados como justificativa para a elaboração dessa nova história: a tomada de consciência dos historiadores no que diz respeito ao relativismo da ciência histórica; a agressão de outras ciências que invadiram o campo do historiador numa tentativa de diluí-lo e absorvê-lo e uma nova concepção de história contemporânea que questiona incisivamente a tradição da história como ciência do passado [...] a nova história se apresenta através de uma multiplicidade de objetos antes impensados [...]

Essas novas formas que surgem para a realização da pesquisa histórica passam a atribuir grande importância às singularidades sociais e as especificidades, preocupando-se em estabelecer uma relação entre o passado e o presente, não abrindo mão do documento escrito, mas utilizando-o como um importante elemento da análise histórica.

No Brasil, especialmente após os anos 1970, surgem pesquisas que tratam da questão regional, trazendo a tona análises mais profundas da realidade e suas particularidades.

O que muitas instituições superiores brasileiras do interior do país têm realizado é a constante busca pelo conhecimento de *suas* escolas; o estudo dos colégios de *sua* região, de *suas* cidades, que também possuem suas particularidades e que devem ser compreendidas e analisadas para um melhor entendimento da dinâmica educacional do país.

Mas o pesquisador não deve incorrer no risco de, ao realizar um estudo de sua região, ao conhecer as características das escolas de seu entorno mais próximo, acreditar que elas refletem literalmente a realidade nacional, caindo num somatório vazio de conclusões que talvez não representem a real situação de todo sistema nacional de educação de determinada época.

Sobre a questão do regionalismo, Vera Alice Cardoso Silva (1990, p. 46-47), traça algumas considerações:

A História regional não substitui a história de processos estruturais ou a história de mudanças sociais e políticas. Nem deve ser vista como fornecedora de subsídios que, somados, resultariam naturalmente numa “História nacional” ou numa “História geral”. Mas, a História regional oferece elementos insubstituíveis para estudos comparativos e esta contribuição apenas a justifica e a torna necessária.(...) Por estudar a mesma região (ou, se quiser, a mesma formação social) ao longo do tempo, a História regional permite detectar as continuidades e discontinuidades nos processos de mudança econômica e social. Deste modo fornece os elementos de comparação que, ao nosso ver, devem ser os materiais a serem usados pelos cientistas sociais na construção e revisão de teorias.

As pesquisas referentes ao passado não abandonaram (e nem devem abandonar) a consulta aos dados oficiais e às teorias já formuladas, sob o risco de visualizar seu objeto em separado de uma realidade maior, isolando-o de toda uma dinâmica social. O que as novas correntes de pesquisa trazem é esse modo de penetrar nas fontes, ir além

dos discursos já realizados, na tentativa de relacionar toda a realidade interna do objeto que fala, principalmente, através de suas fontes primárias e secundárias com os escritos oficiais, que também acabam relacionando-se ao objeto de pesquisa.

Atualmente, percebe-se que há um afastamento da produção proveniente do campo da história da educação do caráter prescritivo e justificador de antes e um redirecionamento no caminho da elaboração de interpretações sobre o passado educacional brasileiro em sua concretude, mediante consulta a uma série enorme de fontes primárias e secundárias que não mais apenas a legislação educacional (GATTI JÚNIOR, 2002a, p. 16).

Importante ressaltar que as pesquisas interessadas nas singularidades locais e/ou regionais não se devem desvincular da perspectiva da totalidade da qual fazem parte, sob o perigo de realizarem trabalhos inócuos e infrutíferos. Deve-se, sim, realizar a retomada do passado através de constantes diálogos entre o geral e o particular. Outro cuidado que o historiador deve ter em mente é de não realizar o somatório dos diferentes elementos oriundos da história local e da regional, tratando-os como uma realidade geral. Assim sendo, as especificidades são úteis ao pesquisador no sentido deste obter informações importantes referentes a diferentes localidades do país, possibilitando uma melhor compreensão do desenvolvimento nacional.

Como importante fonte de conhecimento sobre a História da Educação Brasileira têm-se recorrido à análise das Instituições Escolares.

Como bem salienta Gatti Júnior (2002a, p. 04):

[...] seja na formulação de interpretações ou análises que dêem conta do presente ou passado, as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira.

Um bom exemplo da importância dada ao estudo das instituições escolares da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é o NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Grupo existente desde 1992, composto originalmente por pesquisadores de vários departamentos da UFU (ARAÚJO, J. C. S., jan./dez. 2002, p.11); têm demonstrado

grande relevância em nível nacional e internacional quanto às pesquisas realizadas sobre a História da Educação.

Com o intuito de desvelar o desenvolvimento educacional da região desde os primórdios do século XX, diversas pesquisas já foram realizadas demonstrando que apesar de se tratar de uma área do território nacional até então pouco desenvolvida, as discussões relativas à educação já fervilhavam nas Câmaras Municipais e na imprensa; “Estas pesquisas centram-se no sentido de compreender o papel desempenhado pelo conjunto dessas instituições escolares, como formadoras e propagadoras de concepções educacionais” (ARAÚJO, J. C. S., jan./dez. 2002, p.12).

A vinda de diversas Congregações Católicas para a região e a abertura de instituições escolares de cunho religioso (iniciada a partir dos anos 1885 com a abertura do Colégio Nossa Senhora das Dores pelas Irmãs Dominicanas de Uberaba), representam a importância dada à escola como local de disseminação da cultura católica:

O estudo destas instituições confessionais demonstra a forma pela qual o pensamento educacional católico se impunha e se disseminava pela região, demarcando a emergência de ciclos de vida muito significativos na formação educacional de diferentes gerações. (ARAÚJO, J. C. S., jan./dez. 2002, p. 14)

Porém, Nunes (1992, p. 151) ressalta que o estudo das instituições escolares se dá há muito tempo, contudo sob o foco das legislações e organização escolar:

Este velho objeto de investigação pode tornar-se novo aos olhos na medida em que soubermos trazer à tona, na travessia da pesquisa, aspectos antes ignorados ou secundarizados.

Portanto, os estudos relacionados às questões educativas presentes durante as últimas décadas tentam realizar uma análise mais profunda desses locais destinados aos processos de ensino e aprendizagem, considerando a escola como um espaço de ação e contradição.

2. Instituições escolares: espaços de contradições

A história das instituições escolares é um campo de pesquisa em constante renovação.

Segundo Justino Magalhães (1996, p. 01):

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas.

Historiar uma instituição educacional deve ser a tentativa de entendimento das relações que esta possui com o meio social em que está envolvida; é a busca pela compreensão das forças sociais que interagem dentro do íntimo escolar. É *conferir-lhe identidade* no meio de um espaço e tempo definidos. Existem diversos fatores que podem ser investigados: os procedimentos de sua criação, a arquitetura do espaço físico, suas práticas e ações pedagógicas, jogos de interesses, enfim, o interior escolar é permeado de ações e contradições que exprimem sentimentos de uma determinada sociedade, em um determinado tempo histórico, que o pesquisador não pode perder de vista ao pretender estudar uma instituição.

Com relação ao Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, os conteúdos trabalhados no dia a dia eram transmitidos de maneira a dar destaque ou a inibir certas atitudes. Tratando-se de uma escola de cunho confessional, a educação ministrada pelas freiras no curso Normal tinha como base o “Evangelho”, tendo a fé cristã, a rígida disciplina e a educação moral como os grandes pilares de sustentação de seu prestígio perante as famílias mais ricas da época a ser estudada; portanto torna-se importante conhecer quais atividades eram priorizadas, quais conhecimentos requeridos.

Para isso torna-se fundamental o conhecimento do currículo e das práticas pedagógicas dentro do Normal; como que seus conteúdos contribuía na construção de uma sociedade que se abria para uma nova realidade nacional (também local) de crescimento urbano-industrial.

Os saberes que se davam dentro e fora da sala de aula, principalmente através das disciplinas abordadas pela grade curricular, transmitiam conteúdos e valores que eram reflexos de uma determinada época, voltada para a formação de uma respectiva sociedade.

As pesquisas embasadas sob as perspectivas da Nova História vêm propor uma atitude frente à História das Instituições Educacionais, preocupando-se em analisar os processos de criação e desenvolvimento dos sistemas educativos, suas peculiaridades e suas relações com o espaço social em que esta se encontra inserida, conferindo-lhes identidade.

[...] fica a dever-se à Nova História a chamada de atenção para a relação entre Homem, Acção e Contextos, com a conseqüente revisão, entre outras dimensões historiográficas, dos conceitos de espaço e tempo (MAGALHÃES, 1996, p.4).

Percebe-se que este tipo de pesquisa passa a atribuir grande importância às singularidades sociais e às especificidades, preocupando-se em estabelecer uma relação entre o presente e o passado, uma *meso-abordagem* (MAGALHÃES, 1996).

António Nóvoa (1992, p. 15), em suas análises referentes às instituições escolares traz:

Trata-se de procurar escapar ao vaivém tradicional entre uma percepção micro e um olhar macro, privilegiando um nível meso de compreensão e de intervenção.

As instituições escolares, além de seu papel educativo, adquirem singularidades que as sustentam e as diferenciam em seu conjunto social tais como os setores que pretendem alcançar, as práticas pedagógicas de seu cotidiano, as finalidades de seu ensino. Sendo assim, as escolas são mais do que *a priori* tendem a demonstrar através da legislação e de decretos. Para GARAY (1998, p. 113), uma das dificuldades de se realizar pesquisa em instituições escolares se dá no fato da necessidade de conhecer todas as faces desta instituição para poder, assim, compreendê-la em todos seus aspectos, devendo para isso "analisar a instituição partindo de suas funções principais e secundárias, explícitas e encobertas".

A partir disso, percebe-se a função que o ambiente escolar passa a representar: locus de transmissão cultural, formação de identidades e gerações que estão inseridas num espaço e tempo históricos definidos. A escola "produz seres sociais" através de conhecimentos, de práticas, de hábitos, de ideologias. Para assegurar sua sustentabilidade, um grupo utiliza diversos instrumentos simbólicos e ideológicos na inculcação de atitudes, costumes e culturas aos que serão subjugados. Pensamentos e

opiniões contrárias ou questionadoras da situação imposta geralmente não são bem aceitos.

Lima (1978, p. 21) diz que “esta é a função da ideologia: ela transmite valores e disfarça contradições, impõe condições e sugere consenso, justifica e mistifica”.

No caso da educação, isto se dá de maneira quase imperceptível, porém muito eficaz:

A inculcação de significados só se processa numa relação de comunicação, onde já esteja definida a relação de forças sociais. Neste caso, podemos dizer que a Educação vem a ser um desses canais de comunicação social e, conseqüentemente, vem a se tornar um arbitrário cultural que repousa, em última análise, nas relações de forças das classes sociais. O complexo cultural, que transmite, reproduz as condições culturais que possibilitam a manutenção (isto é, reprodução) das relações de forças políticas e sociais, propícias á dominação das classes já no poder (LIMA, 1978, p. 21).

Michel Foucault (1984, p. 141) também faz sua análise da importância do conhecimento para a preservação de uma dada situação: “Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder.”

Tendo isto em mente, podemos refletir o papel das escolas confessionais católicas no final do século XIX e início do século XX no Brasil, de tentar restaurar a centralidade da Igreja Católica na sociedade brasileira, transmitindo valores tradicionais de moralidade e disciplina que também eram requeridos pela sociedade mineira.

Isto pode ser observado no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, pois suas alunas, na grande maioria, eram filhas da aristocracia rural da região que buscavam uma cultura sob os moldes europeus e uma educação clássica que não primava por mudanças sociais, mas que propagassem visões da vocação servil da mulher e sua “natureza” dócil e cristã de ser professora.

Geovana Moura (2002, p. 16) também reflete sobre a importância e as dificuldades nas pesquisas que envolvem a história de colégios e escolas:

Analisar as instituições educativas e seus processos pedagógicos se traduz num fazer complexo e desafiador, pois a escola é um espaço de ação de sujeitos individuais e coletivos, produtos e produtores de interesse, resistências, buscas, sucessos e fracassos; marcados por experiências, afetados por valores. Além disso, a escola está inserida num determinado contexto sócio-econômico e político. É, pois, um

espaço de contradições, com lógicas diferenciadas de funcionamento: espaço do professor (trabalho) e espaço do aluno (pedagógico), influências externas (leis, decretos, pareceres), intencionalidades políticas e econômicas, ou seja, uma série de intervenções que refletem dentro do contexto escolar diferentes modos de pensar e fazer educação.

As pesquisas referentes à história das instituições escolares voltadas, portanto, para uma meso-abordagem, são um fascinante caminho de conhecimento dos sistemas educacionais de diversas épocas passadas, pois na tentativa de elucidar não somente os aspectos legais do ensino, traz a tona a complexidade de relações inerentes à sua existência, demonstrando que não é somente de papéis e carteiras, professores e alunos, giz e quadro-negro que se constrói uma escola, mas sim pela interação entre esses; pelas relações humanas que perpassam todas as atividades estudantis de um colégio e todas as possibilidades de ação que daí se determinam.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo constituiu-se primeiramente de um estudo bibliográfico referente à temática educacional, com a utilização de livros, periódicos e diversos textos científicos que tratam de assuntos referentes à História da Educação e às Instituições Escolares.

Após a leitura e análise da bibliografia, foi realizada uma coleta e crítica das *fontes primárias* que se encontram no colégio tais como Livro do Tombo, livro de atas, grade curricular, livro de matrículas, listas com nomes de ex-alunas e ex-professoras, quadros de disciplinas e notas, fotografias, além de uma revista escrita pelas normalistas do colégio que circulou na instituição durante um período da época abordada.

O Colégio possui um arquivo bem organizado e limpo de documentos, alguns do início dos anos 1920 como, por exemplo, o Livro do Tombo. Este livro teve início em 17 de maio de 1924, onde há o relato da benção da primeira pedra da gruta de Nossa Senhora de Lourdes “constituída no pátio do Collegio” (Livro o Tombo, p.02, frente). Traz informações desde o ano de 1919, além dos registros das visitas de inspeção realizadas naquele estabelecimento.

Também foram realizadas visitas ao Museu que existe no terceiro pavimento da escola. Lá se encontram objetos antigos tais como mesas, cadeiras, carteiras, fotos, mapas; tudo em ótimo estado de conservação.

No Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto” de Araguari foram pesquisados jornais das décadas de 1930 e 1940 na procura por artigos que tratassem sobre assuntos relevantes da época (papel social da mulher, importância dos interesses da Igreja Católica na cidade), sobre educação araguarina e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Também foram encontradas revistas e fotos interessantes que ajudaram a ilustrar este trabalho.

Outra fonte de pesquisa foi a História Oral, utilizando-se de entrevistas com pessoas que fazem parte da história do colégio, com o intuito de elucidar um pouco melhor o dia-a-dia da instituição.

2.1 A utilização das fontes na História das Instituições Escolares

A História da Educação brasileira cada vez mais valoriza as novas fontes documentais para as investigações institucionais.

Juntamente à documentação oficial (tais como Leis e decretos emitidos pelo Estado) somam-se novas formas de expressão social: jornais, revistas, fontes iconográficas, relatos orais, dentre outros que expressam manifestações, possibilitando repensar a História dentro de suas particularidades. Como bem afirma RAGAZZINI (2001, p. 15): “A relação com as fontes é a base sobre a qual se edifica a pesquisa historiográfica.”

Ora, um novo enfoque histórico sobre a educação exige que se ultrapasse os parâmetros do discurso oficial expresso na legislação e se caminhe no sentido não apenas de encontrar novas fontes, mas também renovar o olhar sobre o universos documentais já trabalhados. Não se trata de recusar as fontes oficiais, mas valorizá-las por outros aspectos que procurem reconhecer a capacidade de ação e recriação das bases do processo de ensino-aprendizagem e que define o conteúdo pedagógico das ações pedagogicamente conduzidas nas escolas e no campo da educação (KNAUSS, 2001, p.208).

Apesar da imensa relevância dada a essas novas fontes de pesquisa, deve-se lembrar que os documentos tidos como “oficiais” são de valiosa importância ao pesquisador da história da educação, não como meros veículos de textos formais, mas como portadores de intencionalidade, pois ao serem concebidos por indivíduos, retratam as finalidades (explícitas ou obscuras) que seus autores tentavam alcançar ao elaborá-lo;

cabe ao estudioso a sua análise através da relatividade histórica e da perspectiva crítica com relação ao texto.

As fontes que serão utilizadas pelo pesquisador adquirem valor científico a partir do instante em que este lhe atribui um sentido que será aquele empregado em seus estudos; um mesmo documento pode ter relevância a vários temas de pesquisa, o que irá variar é o olhar do indivíduo que lhe tem acesso e que busca em seus “vestígios históricos” respostas ou indagações quanto ao passado investigado.

2.1.1 A imprensa como fonte de estudos históricos.

Uma das maneiras de se compreender o pensamento educacional de uma determinada época é reportar-se aos jornais e revistas que circulavam durante o período em questão.

Especialmente a partir dos anos de 1990, as pesquisas educacionais voltadas para a imprensa, no Brasil, tiveram um grande avanço; esse meio de comunicação é tido como uma importante fonte documental para a História da Educação nacional.

Por se tratar de um meio informativo, a imprensa constitui-se como um valioso recurso de compreensão do cotidiano social, pois se caracteriza como um meio de transmissão de informações, ideais sociais, concepções educacionais, questões econômicas, políticas e morais. Reflete as tendências da sociedade ao qual se destina, demonstrando-se como veículo de interesses e formadora de opiniões.

Nesta perspectiva, entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social (ARAÚJO e outros, 2002, p.72).

Sendo assim, cabe ao pesquisador analisar os textos desses periódicos (especializados em educação ou não) sob a perspectiva de desvelamento dos significados e intenções que ali se encontram. É necessário aprofundar-se na avaliação dos discursos transmitidos pela imprensa, para possibilitar a compreensão das práticas sociais e do pensamento educacional disseminados pela sociedade, para, de tal modo,

considerar qual formação era almejada aos indivíduos, que os recebiam em determinada época para desempenhar seus respectivos papéis em uma determinada sociedade.

Um artigo encontrado no jornal “Gazeta do Triângulo” elucida muito bem esta função social do jornal. Datado do ano de 1947, o referido artigo retrata a visão que muitos possuíam da mulher:

Et valde mane... orto jam sole...

Muito cedo... ao nascer do sol...

Mulher é feita para servir. Isto não é deshonra, mas sua imensa glória.

Eva foi criada por Deus, como auxiliadora. “Façamos-lhe um adjuntório semelhante a ele”.

Maria Santíssima chamou-se “serva” “escrava” do Senhor.

A psicologia da mulher, suas qualidades de coração, sua espontânea vontade de ajudar, socorrer. Seu papel é mais passivo do que ativo.

Assim as três mulheres, que saíram ao primeiro raiar do sol, para embalsamar o corpo de Jesús. Não gastaram horas em toilete, em penteados e pintura, levantaram-se cedo e foram-se. A pressa fe-las esquecer que o túmulo estava fechado Por uma pedra enorme. Já nas proximidades do sepulcro lembram-se disso: “Quem nos há de revolver a pedra?” Mesmo assim não deliberam muito, é o amor que as impele.

Costumamos ver em toda a representante do sexo fraco, a “filha de Eva” com a sedução natural do sexo, mas esquecemos que a Eva seguiu a AVE (Eva em sentido oposto) do anjo Gabriel.

A história está cheia destas mulheres “fortes”, não há força muscular, mas no heroísmo de sua abnegação, mulheres que souberam “servir” com a extinção completa de sua personalidade.

(...) Perguntou-se certa vez: Porque há mais homens do que mulheres na cadeia?

Respondeu-se: Por que há mais mulheres na Igreja do que homens.(...)

Clamans

(Gazeta do Triangulo, 06/04/1947, p. 6)

Trecho interessante que demonstra a submissão em que a mulher era submetida naqueles tempos. “Submissa” por vocação; “docilidade” natural; abnegação de vontades; “qualidades” que atendiam aos requisitos de uma sociedade patriarcal que via

no ambiente escolar o local mais propício ao trabalho feminino depois do interior das casas de sua família.

Este jornal semanalmente editava uma sessão intitulada “Movimento Paroquial”, onde eram descritas as atividades previstas para a semana tais como festas, encontros, dias santos, além de descrever aquelas já decorridas anteriormente. Era um impresso que apoiava o governo municipal.

Havia outro jornal que circulava na cidade e que tinha por nome “O Triangulo”. Nitidamente opunha-se ao prefeito municipal durante os anos 1930, havendo grandes debates entre este e o jornal “Araguary” da mesma época, que estava ligado à situação.

O “O Triangulo” denunciava os descasos do governo municipal perante a situação da cidade; fotografava a rua onde se situava a casa do prefeito e comparava às demais ruas da cidade; em contrapartida o “Araguary” exaltava as qualidades da administração municipal, descrevendo seus grandes feitos.

2.1.2 História oral: conversas entre o passado e o presente

Ao pretender-se conhecer melhor as relações existentes numa instituição escolar, a análise de suas fontes primárias como único caminho a ser utilizado durante uma pesquisa acaba por tornar-se mera “cópia” da documentação oficial e superficial debate de dados estatísticos.

Superando uma visão meramente factual, as modernas pesquisas realizadas em diversos campos (entre eles as instituições educativas), optaram em não somente verificar os fatos sociais sob a ótica das elites e da documentação oficial, mas trazer à tona aquelas pessoas que realmente viveram a História, presenciaram os acontecimentos e fizeram parte da construção dos processos históricos.

Sob essa perspectiva, a história oral demonstra-se como uma revisão da história tradicional, contada apenas por documentos oficiais. Ela retoma a memória pela narrativa, rompendo silêncios do cotidiano e revelando concepções que não se encontram em documentos escritos.

A História Oral permite estudar acontecimentos históricos, fases, períodos da vida, instituições, grupos sociais, categorias profissionais pelos depoimentos dos que os conduziram, vivenciaram, participaram ou testemunharam – não mais o passado “tal como efetivamente ocorreu” e sim a versão do entrevistado numa perspectiva contemplada pela Nova História (FONSECA, 2003, p. 107).

A Moderna História Oral nasceu na Escola de Sociologia de Chicago, que entre 1918 a 1920 elaborou um projeto sobre “histórias de vidas”; este pretendia recolher entre grupos de cidadãos ilustres suas trajetória de vida. Na Universidade de Colúmbia, em Nova York durante o final dos anos 1940, a historia oral surgiu como atividade organizada e já nos anos 1950, com os avanços tecnológicos dos meios de comunicação, várias instituições deram início a projetos de memória oral, considerando, além das elites, as narrativas de cidadãos comuns.

No Brasil a história oral desenvolveu-se tardiamente devido a diversos fatores, como a falta de tradição de instituições não-universitárias e a herança francesa de valorização da cultura formal e escrita. Durante o período do regime militar (iniciado com o golpe de 1964), houve a proibição a projetos que gravassem experiências e/ou depoimentos, pois esses poderiam gerar algum tipo de “incômodo” ao regime. Todavia, nesse período foi se gestando o aparecimento da história oral, como uma das alternativas para a afirmação da democracia. Assim, nos anos de 1980 já se iniciava a proliferação de programas de história oral em diversas instituições voltadas para a preservação da memória (MEIHY, 2002, p. 100).

Os relatos orais, enquanto tentativa de revisão das versões oficiais da historiografia, torna os depoimentos orais em “histórias” da História, ou seja, as experiências individuais ou de um determinado grupo trazem novas abordagens à versão tradicional do momento histórico, dando subjetividade aos acontecimentos passados.

Por ter como pressuposto o passado, a história oral recebeu o nome de “história”. Em vez de considerar isso um fator de confusão, deve-se pensar nas virtudes das diferenças. Assim, fica esclarecido que a memória é um suporte para as narrativas de história oral, mas não é ela [...] É a dinâmica da oralidade que separa a história da memória. É aí que se dá o papel da história oral como mediadora entre uma solução que se baseia em documentos escritos (história) e outra (memória) que se estrutura, quase que exclusivamente, apoiada na fluidez das transmissões orais (MEIHY, 2002, p. 53-54).

Histórias de vida, depoimentos temáticos, biografias, autobiografias, as memórias de pessoas que fizeram parte da história recebem grande importância pelo pesquisador oral que ali dá “voz” àqueles que realmente fizeram parte da história e que carregam consigo sua perspectiva frente aos fatos ocorridos.

Justino Magalhães (1996, p. 17) destaca algumas características referentes à História oral, colocando-a como uma importante fonte para história da educação:

Bem certo que o historiador não pode deixar de deitar mão da informação oral, sob pena de se perderem gradualmente os depoimentos vivos referentes a períodos altamente significativos da história recente [...]. Mas tal recurso não pode deixar de contrapor-se à informação escrita.

Portanto, o pesquisador não deve atribuir importância maior a um tipo de fonte (seja ela oral, impressa, oficial), mas sim cruzar e complementar as informações que cada uma trás, reconstruindo os diversos aspectos históricos da vida social.

Para este trabalho foram realizadas sete entrevistas com pessoas ligadas diretamente ao Colégio Sagrado Coração de Jesus durante o período de 1930 a 1950.

A valorização da monografia implica uma visão de conjunto. Oscila entre visões macro e visões micro e aprofunda-se a partir da micro-análise. Assim, a memória (pessoal ou coletiva) é uma via metodológica auxiliar da história (MAGALHÃES, 1996, p.10-11).

O primeiro passo foi encontrar os nomes de ex-alunas e ex-professoras nos arquivos da instituição. Foram analisados os livros de atas de exames e reuniões, e também o livro de matrículas.

Depois foi realizado um levantamento daquelas que ainda se encontravam na cidade de Araguari e também as que já haviam falecido, e por telefone foi realizado o primeiro contato.

Foram contatadas várias senhoras que fazem parte da história da instituição, porém algumas não se dispuseram a ser entrevistadas alegando “falta de memória”, uma ficou adoentada no dia da realização da entrevista e outra afirmou que não havia o que falar, pois “não via importância em falar de coisas tão antigas e que hoje não fazem diferença”. Mesmo ao explicar a importância do trabalho que trata de uma das instituições mais antigas da cidade ela não compreendeu a necessidade em dar seu testemunho. Também houve uma senhora que apesar de dar entrevista não pôde autorizá-la, pois veio a falecer antes de nos conceder autorização para o uso de suas memórias.

Contudo, as outras colaboradoras foram muito simpáticas e não se importaram em ceder algumas horas de seu dia para a realização das entrevistas. Um pouco receosas

no início, elas foram questionadas sobre o dia-a-dia vivido na instituição. Algumas, ao falar da rigidez daquela época fizeram o pedido de não colocar suas palavras no texto, o que foi compreendido e atendido.

Após as entrevistas, estas foram transcritas, digitadas e autorizadas pelas colaboradoras que assinaram uma “Carta de cessão”.

Foi muito importante a realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram o cotidiano do Colégio Sagrado Coração de Jesus, pois somente pela documentação não seria possível apreender os sentimentos vividos por aquelas meninas. As freiras eram muito rígidas, o que marcou profundamente as lembranças de todas as entrevistadas; mas também a presença de uma educação “completa”, com lições importantes para a formação de educadoras e mães é rememorada com saudade, lembrando que todos os ensinamentos foram válidos: dentro das salas de aula e dentro de seus lares na educação de sua família.

2.1.3 Outras fontes de estudo: a iconografia e a arquitetura das instituições

Outras fontes de pesquisa para o conhecimento das instituições escolares também são importantes tais como a fotografia e a análise arquitetônica dos edifícios.

Muitos colégios foram instalados em edifícios adaptados; torna-se assim necessário conhecer as adaptações arquitetônicas e espaciais que foram operadas, qual a sua necessidade e em quais épocas foram realizadas. Aqui se incluem os aspectos de ocupação e saturação dos espaços, o aumento ou regressão do número de alunos ingressos, a organização dos espaços, etc.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, inicialmente foi instalado numa casa comprada e adaptada para a realização do magistério. Na década de 1920 foi construído um sobrado ao lado desta casa, sendo inaugurado o novo prédio em 1924. Esta nova construção foi necessária porque havia o aumento constante no número de alunos matriculados, ficando aquela pequena casa insuficiente para a população escolar. Também já havia planos de abrir o noviciado na instituição, o que se concretizou em 1927.

Aos poucos a Congregação do Sagrado Coração de Maria comprou toda o quarteirão onde se encontra o colégio e construiu suas dependências em toda a quadra.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG, representa parte importante do processo de formação da cidade, tendo contribuído de forma valiosa para o enriquecimento cultural da comunidade.

O enfoque dado anteriormente apenas aos monumentos considerados de excepcional valor histórico, arquitetônico ou artístico, amplia-se ao adotar o conceito de “patrimônio cultural” estendendo-se à memória social da coletividade.

Sendo um Conjunto Arquitetônico constituído por diversas edificações de épocas e características formais diferenciadas, guardam em sua história, momentos importantes na área educacional, no atendimento espiritual e na formação de jovens que da comunidade e região, freqüentaram este estabelecimento (Dossiê de Tombamento, março/1998).

As formações das salas, dos corredores, dos dormitórios e dos banheiros demonstram o intenso cuidado que as religiosas tinham em vigiar todos os movimentos das alunas do colégio. Assim:

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olha-lo às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigia-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares (FOUCAULT, 1984, p. 106).

A imponência do prédio (que outrora fora apenas um sobrado) localizado na parte alta da cidade fazia com que todos os cidadãos percebessem sua relevância no cenário municipal. Em seu interior, banheiros a meia porta e corredores centrais serviam para a irmã responsável tomar conta de todos os movimentos das alunas, com o forte controle sobre os corpos e sexualidade das meninas.

Outra fonte muito interessante para a análise das instituições escolares é o uso da iconografia. Através das fotografias podemos refletir sobre quais práticas sociais elas implicam e sobre qual realidade elas retratam.

As fotografias produzidas pelas instituições falam de uma história oficial, produzidas para o governo, no caso das escolas federais, estaduais ou municipais, ou para mantenedoras religiosas ou laicas, no caso das instituições particulares. As fotos são principalmente construídas por fotógrafos profissionais, associando uma estética apurada no tratamento formal (com planos bem construídos e distribuição da figuração), com um conteúdo fundado em signos que remetem à tradição humanista secular e à disciplina e moral religiosa (BARROS, 2005, p.121-122).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus possui um acervo bem amplo de fotografias e objetos das primeiras décadas da escola. São móveis, quadros, álbuns de formatura, que também relatam como eram aqueles dias.

Possui fotos de vários aposentos (elas eram importantes para se conseguir as autorizações de funcionamento pelo Estado); de comemorações, desfiles, teatros, formaturas, do pessoal docente e discente.

Através das imagens iconográficas (não somente as que estão na instituição mas também as de posse de pessoas que lá estudaram), podemos estabelecer um diálogo do presente com aquele momento estagnado, preso na foto: meninas bem comportadas em suas salas de estudo, desfiles municipais com as alunas vestidas em uniformes de gala e dispostas em perfeitas filas, gabinetes muito bem equipados e organizados. Estas imagens transmitem os valores que as religiosas queriam que toda comunidade tivesse do colégio: um lugar de respeito e disciplina.

As pesquisas históricas em educação dos últimos anos vêm se ocupando em analisar os diferentes processos que os sistemas educacionais sofreram e quais suas relações e influências diante a sociedade em que se encontram inseridas.

Um olhar crítico sobre as diversas fontes de pesquisa tem proporcionado aos historiadores um maior ângulo de visão referente às instituições escolares, olhando além do discurso oficial, abrindo possibilidades de interpretação que, juntamente aos documentos escritos, vem complementar as análises históricas da realidade educacional.

Reescrever o caminho percorrido pelas instituições educativas é percorrer estradas onde se cruzam histórias individuais e coletivas, paixões e conflitos, conhecimentos e interesses. As práticas pedagógicas que se dão no interior das escolas refletem os valores de uma época, de uma sociedade que define padrões de conduta moral e social.

Pesquisar a história da educação brasileira é compreender não somente o interior escolar, como também é um valioso estudo referente às realidades vividas por todo um meio social, seja em aspectos econômicos, políticos, religiosos, etc.

Portanto, a história da educação trata não só de conhecer aspectos técnico-pedagógicos do interior da instituição escolar, como também compreender as relações existentes entre essa (escola) e a sociedade; também como, através da educação, o sujeito humano age em seu meio social e apropria-se de condutas requeridas pelo espaço-tempo em que constrói sua existência.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus está localizado num determinado espaço e tempo históricos. As fontes falam, mas é necessário compreender toda conjuntura social da época estudada. Portanto, torna-se imprescindível conhecer o momento pelo qual toda a sociedade brasileira passava e que influenciava os caminhos da educação nacional. O próximo capítulo vai abordar este assunto.

CAPÍTULO II

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: EM BUSCA DAS INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS DO CATOLICISMO NA CONFIGURAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Neste capítulo, procurar-se-á evidenciar as influências que a Igreja Católica imprime no território brasileiro desde seus primeiros passos como colônia; também será considerado o surgimento da educação confessional católica na região do Triângulo Mineiro, além de tratar sobre a origem e as primeiras atividades empreendidas no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari. O cuidado maior será em apresentar a influência da religião católica na história da construção nacional deste período, em especial no campo educacional.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), diversos pesquisadores ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE), da Faculdade de Educação, focalizaram seus estudos na gênese do processo educacional da região do Triângulo. Neste capítulo também será elaborada uma revisão bibliográfica a partir de alguns estudos realizadas pelo NEPHE e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU com relação ao ensino confessional católico na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

As pesquisas históricas têm cada vez mais se voltado às características regionais, deixando as grandes análises realizadas de maneira generalizante darem lugar a

abordagens mais específicas quanto a realidade da educação nacional. Mas, para uma melhor compreensão da dinâmica regional, faz-se necessário também compreender o momento histórico que se passava no país, para aí vislumbrar suas influências.

1. Pequeno histórico da presença católica no Brasil

O Brasil, ao ser “descoberto” por Cabral, era povoado por tribos indígenas de culturas e hábitos totalmente diferentes daqueles do homem europeu. Os índios viviam num sistema comunitário, onde as gerações mais novas aprendiam com as mais velhas.

A educação fazia-se no cotidiano, não havia instituição escolar e, nesse sentido, confundia-se com a própria vida. A educação é o meio de garantir a outras pessoas aquilo que um determinado grupo aprendeu (ZOTTI, 2004, p.13).

Sendo assim, o processo educacional indígena dava-se a partir dos exemplos vividos e da lida diária de toda comunidade.

A vinda constante de portugueses ao país para a extração de pau-brasil, e posteriormente para o cultivo da cana-de-açúcar, ocasionaram o surgimento de grandes latifúndios e do comércio escravocrata (de índios e negros), construindo a burguesia mercantil brasileira. A pequena nobreza e seus descendentes (camada dirigente) procuravam por uma educação escolarizada que atendessem seus anseios “que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais” (RIBEIRO, 2001, p.20).

Seguindo essas intenções, a partir de 1549 ocorreu a vinda dos religiosos da Companhia de Jesus ao Brasil, caracterizando a estreita relação desses religiosos com o projeto português, posto que quem comandava a Igreja no Brasil era o rei lusitano através do sistema do padroado. Os jesuítas acabaram por sedimentar a ideologia do colonizador, transmitindo sua religião, seus valores e seu modo de vida, massacrando a cultura indígena.

Tem-se aí o início da influência religiosa na educação brasileira que durante muito tempo ficou a cargo quase que exclusivamente das congregações religiosas. Com a publicação do *Ratio Studiorum* em 1599, foram oficializadas as normas para a ação dos colégios jesuítas.

Segundo Romanelli (1980), os objetivos práticos da ação jesuítica no Brasil foram o recrutamento de fiéis e servidores da fé católica. A educação dos jesuítas acabou por tornar-se uma educação de elite para a obtenção de *status*, com a exclusão do povo.

A educação no Brasil ficou sob responsabilidade da Companhia de Jesus até 1759, quando foram expulsos através das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, fortemente influenciado pelas idéias iluministas.

Pela primeira vez o Estado assumiu os encargos da educação, o que acabou por dismantelar toda uma estrutura educacional organizada pelos jesuítas, ficando a educação reduzida a aulas régias (aulas autônomas e isoladas, com base enciclopedista).

As reformas Pombalinas atingiram diretamente os interesses da burguesia colonial, uma vez que as aulas régias visavam dar os primeiros estudos aos filhos da elite para que, então, pudessem continuá-los na Europa.

Porém, apesar da expulsão dos jesuítas e do dismantelamento de todo um sistema montado por eles, a Igreja permaneceu com uma estreita relação com o Estado, abrindo escolas que, na maioria das vezes, eram freqüentadas pelos filhos da tradicional aristocracia rural.

Em 1822 foi declarada a Independência do Brasil, conferindo-lhe autonomia política que posteriormente foi consolidada através da primeira Constituição brasileira outorgada por Pedro I em 1824.

Sob os aspectos educacionais a Constituição discutia, de maneira precária, a obrigatoriedade do ensino e da escola para todos, mas não apresentava os instrumentos necessários para que isto fosse posto em prática. Na realidade, o que ainda prevalecia eram as aulas régias e as escolas de primeiras letras e em número restrito.

Embora o Brasil tenha se tornado independente, a relação Igreja/Estado não se alterou. Na Constituição de 1824 o Império do Brasil se declarava oficialmente católico através do “Padroado”, mantendo as instituições onde a Igreja Católica estava presente (instituições de beneficência como asilos e hospitais, e também as escolas), tornando o Imperador numa espécie de “censor” dos atos da Santa Sé (CURY, 1986, p. 13-14).

A estrutura econômica do Brasil pós-independência continuava a mesma da colônia: grandes proprietários de terra, agroexportação de matérias-primas e mão de obra escrava. Mas, apesar dessa situação, o século XIX foi marcado pelo surgimento de uma maior concentração populacional nos centros urbanos. Uma pequena burguesia

formada por artesãos, jornalistas, políticos, entre outros intelectuais, firmou-se como classe através da busca pela mesma educação escolarizada (esta então vista como instrumento de ascensão social) que era ministrada para a classe dominante.

Mas, sob a influência de correntes políticas apoiadas no positivismo e nos ideais Iluministas, em 1889 foi proclamada a República no Brasil, que terminou enfim com a fase imperialista, rompeu oficialmente com o Padroado e se declarou leiga, o que, no entanto, não abalou profundamente a relação entre esses poderes. Após quatro séculos de oficialização, a Igreja Católica encontrava-se, de repente, deixada de lado do campo público, o que, paradoxalmente, possibilitou a vinda de inúmeros institutos religiosos ao país.

Na realidade, a Igreja via-se diante de uma crise. A partir daqueles dias iria começar uma luta para não perder fiéis e nem sua influência no campo educacional, já que este setor constituía-se em uma peça vital no trabalho de evangelização.

[...] O esforço de reorganização da Igreja Católica no Brasil concentra-se no período de 1890-1921, quando se destaca o papel desempenhado por religiosos europeus de Congregações masculinas e femininas. Naquele momento na Europa, a crise que a Igreja enfrentava em vários países, colocava em situação adversa as inúmeras Congregações religiosas que sofriam perseguição, constrangimentos e até expulsão. Conseqüentemente, a abertura do Brasil às Congregações européias não se dá aleatoriamente. Havia uma conjugação de interesses que se configurava de um lado, pela busca de alternativas de sobrevivência alimentada pela mística da ação missionária em terras da América e, de outro, pela necessidade de fortalecer a Igreja no Brasil com a rica experiência de padres e irmãs que já atuavam principalmente em obras paroquiais educativas e assistenciais na Europa. O trabalho destas Congregações européias concentra-se na luta contra o avanço de outras frentes religiosas que buscam no Brasil espaço para exercer sua influência (FIGUEIREDO e GOMES, jun/1993, p.39).

A Constituição da República de 1891 trata da descentralização dos poderes entre o governo central e os estados. Essa descentralização, no que tange ao campo educacional, deixou a cargo da União a criação de institutos de ensino superior e secundários nos estados e secundário no Distrito Federal. Aos estados caberia prover e legislar sobre a educação primária e ensino profissional (escolas normais de nível médio para moças e escolas técnicas para rapazes).

Com isto, o sistema de educação nacional tornou-se dual visto que se tratava de oferecer uma educação para a classe dominante (propedêutica) e outra para o povo (técnica) (ROMANELLI, 1980), já que a União tinha relutância em transformar o ensino secundário e o superior (NAGLE, 1974).

Com a grande precariedade de investimentos dos estados brasileiros frente a educação, a Igreja propunha-se a missão de educar e combater no país o laicismo, mesmo que seus colégios fossem voltados para uma minoria capaz de custear o valor das mensalidades. Sobre essa missão:

As congregações religiosas, masculinas e femininas, virão encarregar-se desse serviço que para elas era também obra da Igreja. É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores do prestígio, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias (MOURA, 2000, p.99).

O grande aumento de colégios masculinos e femininos (principalmente os internatos), era uma conciliação pela busca da evangelização escolar da juventude e a formação de novos quadros de religiosos transmitindo os valores da fé católica.

Durante as primeiras décadas do século XX, a educação brasileira passava por um momento de grande “entusiasmo pela educação”, que posteriormente foi sucedido por um “otimismo pedagógico” (NAGLE, 1974). Esses movimentos tiveram seu início nos anos 1910 e atribuíam grande importância ao tema da instrução em todos os níveis e tipos, sendo que, já nos anos 1920, a sua discussão estava bem adiantada e disseminada.

Naquele momento, a escolarização era encarada como a alavanca que impulsionaria a sociedade brasileira ao nível das sociedades mais desenvolvidas.

Quanto aquilo que Jorge Nagle denomina de entusiasmo pela educação, têm-se que:

[...] a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação de educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo (NAGLE, 1974, p. 99-100).

Já em relação ao otimismo pedagógico o autor afirma ser:

[...] a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (escolanovismo) (NAGLE, 1974, p. 100).

Diversas reformas pedagógicas foram realizadas nos anos 1920 em vários estados, visando à implantação de uma escola primária “integral” e de um ensino de grau médio integrado com o primário e o superior (reformas influenciadas pelo pensamento escolanovista). Enquanto isso, a Igreja posicionava-se a favor do ensino acadêmico e classista.

Segundo Cury (1986, p. 19):

Tal otimismo pela educação se expressa na proposta de reforma das escolas existentes. A disseminação escolar não basta e nem é adequada sem a implantação dos princípios escolanovistas. [...] Enfim, começa a se fazer presente no Brasil a idéia da Reconstrução Social pela Reconstrução Educacional.

[...] Na impossibilidade de que “as elites” aceitassem para si um tal modelo de escola [que não fosse academicista e formalista, mas sim prático], essa escola não poderia ser única. Formar-se-iam “duas redes de ensino”: aquela que atenderia a formação das elites e que atenderia a formação da força de trabalho.

Assim muitos educadores liberais defendiam a idéia de que não só era preciso difundir a educação e a cultura, como também era necessário reestruturá-las; houve o discurso pelo aumento no número de escolas primárias como forma de disseminação de uma educação básica para a população.

Porém, um relativo crescimento das oportunidades educacionais ocorreu de forma insatisfatória, tanto em relação à quantidade como à qualidade, pois o Estado não tinha em vista uma política educacional nacional.

Em 1930 ocorrem as eleições presidenciais, onde houve a prevalência costumeira de fraudes, com a saída vitoriosa do candidato da situação. Mas, após um movimento armado dos oposicionistas e a tomada da presidência por Getúlio Vargas através de um golpe, tem-se o começo da “Nova República”, resultado daquilo que ficou conhecido como “Revolução de 1930”.

Um documento extremamente importante no período para o pensamento católico foi a Encíclica *Divini Illius Magistri*. Esta Encíclica de 1929, publicada por Pio XI, trata da educação cristã da juventude e exerceu grande influência sobre o ensino da Igreja.

Nela são enfatizadas as competências da missão de educar, sobre o sujeito da educação, do ambiente educativo e os fins da educação.

Quanto à responsabilidade de educar, “a Encíclica responde que, em primeiro lugar [cabe] à Igreja, por sua missão sobrenatural, em seguida à Família, por sua fonte natural e, finalmente de modo subsidiário, ao Estado, que é responsável pelo bem comum” (LIMA, 1978, p.61). O documento não aceita a possibilidade da educação sexual e da co-educação.

Com a Revolução de Trinta, Vargas no poder indica Francisco Campos como ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Campos tornou-se um explícito apoiador da causa católica, sendo que por meio dele o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas. Para o novo ministro, o Ensino Religioso teria o papel de “estabilização” do novo governo acalmando um pouco os ânimos da Igreja, o que resultou no decreto de 1931 que permitiu seu ensino nas instituições da rede pública. Francisco Campos, dirigindo-se ao Presidente Vargas afirma:

Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V.Excia., determinará a mobilização de toda Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional.

Sei que V.Excia. tem recebido do seu estado natal representações assinadas por dezenas de milhares de pessoas, pedindo a V.Excia. as suas simpatias em favor da educação religiosa. [...]. Assinando-o, terá V.Excia. praticando talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação para a liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas (Arquivo Getúlio Vargas, Gv 31.0418/1).

A legitimação católica dava-se, entre outras esferas de atuação, dentro do ambiente escolar. A busca pela “Restauração” católica primava a educação das gerações mais novas. Por isso questões que “ameaçavam” o seu controle perante o processo educacional causavam atritos, como aqueles propagados pelo Movimento Renovador da Escola Nova.

No ano de 1932, houve a chamada “Revolução Constitucionalista”, motivada pela elite paulista que queria voltar ao poder federal. Com a relativa demora na promulgação da Constituição, aumenta o descontentamento dos educadores participantes do movimento de reformas dos anos 1920. Estes, diante do descaso na tomada de medidas educacionais lançaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Entre os vinte e seis signatários do Manifesto estão Fernando de Azevedo, Lourenço Filho (responsável pela reforma educacional cearense em 1923); Sampaio Doria (responsável pela reforma paulista em 1921), Anísio Teixeira (responsável pela reforma baiana em 1925), a escritora Cecília Meirelles, entre outros intelectuais muito importantes para a educação nacional daquele momento.

Este documento já trata em suas primeiras linhas da posição que seus autores assumiam quanto à questão educacional no Brasil:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, in: Ghiraldeli, 1990).

As “idéias novas” aparecem com uma teoria educacional que tentou se adequar às novas exigências econômicas advindas da recente industrialização do país. Dentre os pontos levantados pelo Manifesto dos Pioneiros (que promulgavam o Movimento Renovador) destacou-se a preocupação dos reformadores com a política nacional de educação e a divulgação da escola pública, gratuita, leiga e única (“escola para todos”).

O Manifesto tornou-se um documento de oposição às idéias católicas, já que suas matrizes ideológicas encontravam-se no ideário liberal através da defesa da democratização do ensino e da escola do trabalho e da cidadania; na pregação da psicologização e administração pedagógicas dentro do próprio ambiente escolar, além da afirmação do papel do Estado na condução do processo educacional.

Laicismo, “absolutização” do Estado, democratização educacional, certas defesas do movimento escolanovista (coeducação, laicidade, tendências anti-escolas particulares) ensejavam aos representantes da Igreja Católica a própria brecha por onde entrariam os ideais comunistas.

Por isso ao avanço das idéias liberal-democráticas (em qualquer de suas versões), os representantes católicos (defensores da oligarquia, sem contestar a essência dos processos econômicos do liberalismo) opor-lhe-ão o estigma de “idéias comunistas” (CURY, 1986, p.22-23).

Através de uma pedagogia de métodos ativos, com o processo educacional centrado na criança, os renovadores procuravam implementar um caráter mais prático à educação, relacionando-a com a vida social e ao trabalho, deixando “florescer” as aptidões e as possibilidades de cada indivíduo em acordo com o desenvolvimento de suas estruturas biológicas. Na Araguari dos anos 1930, o jornal “O Triângulo” já disseminava os valores da “pedagogia moderna” em sua “*Collumna da Instrução*”. Trata-se de um trecho expressivo do artigo que proclama as habilidades do novo professor:

O professor e a Escola Nova:

O professor laborioso, o que procura com dedicação exercer o seu dignificante mister de educador, e ao mesmo tempo de observador, adquire no espaço de alguns anos de exercício, um grande cabedal pedagógico associado a conhecimentos práticos de psicologia infantil.

[...] O professor moderno precisa ter o seu caráter e o seu coração retemperados na escola do amor, da bondade e sobretudo do sacrifício.

Já vae de longe o tempo em que os sulcos profundos da testa do professor, servia de termômetro ao aluno. Hoje leciona-se sorrindo e castiga-se acariciando. Foram banidos completamente da escola moderna os castigos físicos que tantos avultavam a creança.

É preciso que a creança deseje aprender que se lhe ensina, é necessario despertar-lhe a atenção por meio de aulas ativas e interessantes e que esta atenção seja fixada com espontaneidade.

Há duas espécies de atenção: espontanea e voluntária. Aquela se obtem pelo interesse que se desperta; esta por um esforço, é a que se ordena. E para chegarmos ao resultado visado é mister a habilidade do professor e que se faça lentamente, pois segundo Joubert, uma e outra atenção tem o gargalo estreito; é preciso enchê-la com precaução, gota a gota.

Ordenar com carinho, falar com o coração é atuar sobre uma vontade que se submete. O dever do bom educador não é vencer pela autoridade, mas convencer com a razão irresistível da bondade.

Em resumo, amemos a criança – centro em torno do qual gravitam todas as esperanças.

R.B.T.

(Jornal O Triangulo, 07/02/1932, p. 02).

Assim se demonstra a grande repercussão do movimento renovador. Muitos queriam realmente mudar a forma de encarar a educação e assim transformar a nação, o que acabou por não acontecer na maioria das escolas públicas do país. A educação escolanovista propunha novos métodos que os professores não estavam acostumados a trabalhar. Não houve uma eficiente capacitação desses profissionais e nem as adaptações necessárias aos prédios e mobiliários escolares, o que acabou por frustrar muitos daqueles que lutaram pela Educação Nova.

Para Lima (1978) a posição católica junto a Santa Sé, frente à educação resumia-se no seguinte:

[...] cabe prioritariamente à Igreja e à Família e, subsidiariamente ao Estado, o direito de promover a educação; a educação católica é tão necessária que os católicos estão proibidos de colocar seus filhos em escolas neutras; são condenáveis as práticas de educação sexual e de co-educação dos sexos (LIMA, 1978, p. 77).

As discussões entre pioneiros e católicos tinham como eixo central a formulação da nova Constituição nacional. Nela eram disputados os diversos pontos relativos à educação, principalmente os relacionados à escola leiga e ao monopólio estatal do sistema educacional.

A nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e veio a atender algumas questões dos reformadores, como também algumas dos católicos. Nela a educação recebeu um capítulo exclusivo, que proclamava o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, além da presença facultativa do ensino religioso ministrado de acordo com a confissão religiosa dos pais ou responsáveis pelo aluno. O ensino religioso constituía-se como matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Ainda em 1934 foi empossado o novo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, este considerado homem de grande confiança da Igreja.

Em 10 de novembro de 1937 foi outorgada uma nova Constituição, decorrente do golpe em que se instalou a ditadura no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas; este período ditatorial ficou conhecido como “Estado Novo” e vigorou até 1945.

Quanto à educação, a nova Carta Magna manteve alguns princípios anteriores e procurou dar ênfase ao trabalho manual, instituindo o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. O ensino cívico também se tornou obrigatório nesses níveis.

As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional do Estado Novo consubstanciavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissional (SILVA, 1980, p. 25).

Dentro do Estado Novo, a exaltação da nacionalidade e a grande relevância dada ao ensino profissional (para a formação de mão de obra), tornaram-se componentes importantíssimos dentro da ideologia educacional vigente na época.

Não se pode deixar de assinalar que houve uma expansão do ensino no Brasil a partir dos anos 1930, só que essa expansão ocorreu de maneira heterogênea entre as regiões do país, concentrando-se nas regiões mais urbanizadas e industrializadas, como se pode comprovar através da análise de que a abertura de escolas públicas no interior do país (como a região do Triângulo Mineiro) iniciou-se efetivamente a partir dos anos de 1940.

2. A Igreja e a educação em Minas Gerais

Minas Gerais possui características bem peculiares quanto a sua formação. Sua colonização foi tardia; o crescimento populacional teve início a partir da descoberta de minas de ouro no final do século XVII.

Até meados do século XVIII não se encontrava nenhuma escola de qualquer nível de ensino na Capitania de Minas. As primeiras escolas acabaram por ser os próprios lares mineiros, onde na maioria das vezes as mães assumiam o papel de mestre.

Um importante marco na história da religião de Minas Gerais foi a criação, em 1745, do Bispado de Mariana.

O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (ou Seminário de Mariana) constitui um marco importante na história da educação em Minas, pois além da formação de religiosos, o Seminário é aberto ao “estudo público”, facultando assim aos seus alunos a preparação para os cursos de Coimbra (BICALHO e LOPES, 1993, p. 50).

A partir do século XVIII, iniciou-se uma crise dos valores lusitanos religiosos. Há a penetração dos ideais liberais dentro dos meios intelectuais da colônia (advindos principalmente das Luzes da Revolução Francesa de 1789), atingindo sobremaneira a força da Igreja no Brasil.

Com a instituição da República e o fim do Padroado, como já foi afirmado anteriormente, houve uma reviravolta na vida religiosa do país. Apesar da separação entre Igreja e Estado, diversas congregações européias abriram institutos no Brasil, a fim de transmitirem a fé cristã e lutarem contra o protestantismo.

Enquanto a Velha República propunha princípios de racionalização da educação, da necessidade de escolas para o avanço da República, a Igreja via na criação de colégios particulares uma maneira de atender às camadas mais abastadas que, apesar de apoiarem o republicanismo, ainda buscavam uma educação fundada nos tradicionais laços da religião católica.

Em Minas Gerais, desde a Proclamação da República até 1921 houve a fundação de quatro grandes colégios religiosos masculinos e de 21 colégios femininos, sendo 17 no interior e 04 na capital mineira. Do ano de 1922 a 1961, houve uma verdadeira explosão de colégios em Minas, sendo abertos 26 colégios masculinos e 51 femininos em todo estado (BICALHO e LOPES, 1993, p. 52).

A formação almejada pelas famílias que procuravam uma instituição confessional baseava-se na transmissão da moral e dos costumes da fé católica. As mulheres recebiam lições de boas maneiras, prendas domésticas e polidez. Isso ocorria de maneira geral, e no Triângulo Mineiro isso não poderia ser diferente como será abordado em seguida.

2.1 A origem da região do Triângulo e da cidade de Araguari

Primeiramente faz-se pertinente a elucidação quanto ao termo *região*, e para isso serão utilizadas as análises de SILVA (1990, pp.44-45). Para a autora, as regiões são, em primeiro lugar, um território delimitado, passível de ser concebido como

decomponível em sub-regiões, e, em segundo lugar, um sistema de valores e interesses que dá forma a uma identidade coletiva capaz de gerar “atitudes de lealdade e apego por parte dos habitantes”.

O objeto de análise deste tópico é origem da região onde hoje está localizada a cidade de Araguari. O Triângulo Mineiro é composto por mais de cinquenta cidades (como Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Patrocínio, etc). O que não significa que as diversas semelhanças e diferenças entre a história da educação dessas cidades que compõem esta região não sejam significativas, porém seria um trabalho muito extenso e perde-se-ia o foco desta pesquisa.

Localizada no antigo Sertão da farinha Podre, a região do Triângulo Mineiro era povoada por índios bravios, da tribo dos Caiapós, até que foi primeiramente desbravada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva "O Anhanguera", que tinha, por objetivo, chegar até a região de Goiás. Deve-se a esse bandeirante o feito de ter aberto o primeiro caminho de penetração a Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro.

A tribo dos Caiapós era considerada nômade, ou seja, deslocava-se ao longo dos sertões em busca de alimentos e água. Quando estes ficavam escassos era o momento da tribo deslocar-se para um novo local a fim de suprir suas necessidades. Mas os indígenas eram considerados perigosos, pois realizavam emboscadas constantes e violentas aos “brancos invasores/desbravadores”, o que levava a muitos prejuízos às povoações de Goiás, pois o “caminho de Anhanguera” era considerado perigoso e muito arriscado, dificultando as comunicações com São Paulo. Para solucionar tal problema, foi organizada pelo Coronel Antônio Pires de Campos, em 1748, uma grande expedição, composta em grande maioria de "índios mansos", que tinham a missão de expulsar os caiapós. Posterior a expulsão, os “índios mansos” foram alojados em 18 aldeias, ao longo da estrada de Anhanguera, com o objetivo de proteger as caravanas e de realizar novas explorações pela região.

O nome anteriormente dado à região triangulina tem uma origem curiosa, segundo NAVES & RIOS (1988, p. 14):

É dessa época que a região do Triângulo recebeu o nome de “Farinha Podre”, devido a um fato mui pitoresco: os comboios que vinham de São Paulo, com destino a Goiás, guardavam seus víveres de subsistência nas aldeias intermediárias da longa travessia, como reserva para a volta, poupando-se assim carregar peso supérfluo. Muitas vezes, porém, acontecia encontrarem deteriorados esses mantimentos, na volta da caravana; a farinha, armazenada

precariamente, era a reserva que mais apodrecia. Daí que a região recebeu o nome estranho a que aludimos.

Além de índios, essa região também foi povoada por escravos negros fugidos, que nela estabeleceram vários quilombos.

O primeiro documento histórico a tratar sobre a região onde se encontra Araguari é o Alvará de 04 de Abril de 1816. O “Julgado do Desemboque” constituía-se de uma vasta área que abrangia todo o Triângulo Mineiro e a região Sul do estado de Goiás. Toda esta extensão pertencia à Capitania de Goiás, até que o Capitão Antônio da Costa Pereira, sesmeiro do Julgado do Desemboque e do Julgado de São Domingos do Araxá iniciou e levou a cabo o movimento de separação.

Em 04 de abril de 1816 foram desanexados da Capitania de Goiás os Julgados e Freguesias do Araxá e Desemboque; estes passaram a pertencer à Comarca de Paracatu e à Capitania de Minas Gerais que, posteriormente, passou a ser o Triângulo Mineiro.

Neste contexto todo, a história propriamente dita de Araguari data dos princípios do século XIX, época em que Antônio Resende Costa, o "Major do Córrego Fundo", comissário de Sesmarias da região do Triângulo, demarcou, entre outras, a Sesmaria do Serrote (hoje Fundão) e a da Pedra Preta (hoje Cunhas), início do atual município de Araguari. O major tomou posse, também, de um terreno de sobra, entre as duas Sesmarias, doando-o, mais tarde, à Igreja, como patrimônio da Freguesia que ali se estabeleceu, sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde do Brejo Alegre ou Ventania. Foi o primeiro passo para a construção do povoado (NAVES & RIOS, 1988, p.17).

Pode-se averiguar que o processo civilizatório de Araguari (Brejo Alegre), desde seu início, constituiu-se em um estreito vínculo com a Igreja, pois uma das primeiras providências fora a construção de uma pequena capela, para a qual foi transferida a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, da aldeia de Sant'Anna do Rio das Velhas (Indianópolis), em 1864.

A Freguesia do Brejo Alegre foi criada pela Lei Provincial n ° 1847, de 02 de abril de 1840.

Como se observa na maioria dos povoados do início do século XIX e XX, Brejo Alegre vai-se constituindo ao redor da nova sede paroquial. A concentração de habitantes ao redor da igreja vai aumentando com o passar dos meses; as festas religiosas atraemromeiros, deixando a Vila movimentada.

A Vila do Brejo Alegre foi elevada à categoria de cidade em 02 de julho de 1888, após intensa ação entre a Câmara Municipal e a Assembléia Provincial de Minas. Destaca-se a atuação do Padre Lafayette de Godoy para que o projeto enviado à Assembléia fosse rapidamente discutido e aprovado. Na Sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais de 05 de agosto daquele ano foi sugerido pelo Deputado Severino de Resende Navarro que à cidade se acrescentasse o nome de Araguay.



Foto 1: Padre Lafayette de Godoy, Araguari. Fonte: NAVES & RIOS (1988), p. 20.

A cidade de Araguari contava com algumas escolas:

Nos fins do século XIX, segundo consta no ofício de Olimpio F. dos Santos, dirigido ao Secretário do Interior, Dr. Wenceslau Braz, “foram criadas por esta municipalidade 12 escolas; sendo urbanas: uma de cada sexo; 2 distritais do sexo masculino e 2 do sexo feminino; 6 rurais do sexo masculino (...)

Foi criado na sede do município em externato secundário composto de 4 cadeiras: português, francês, inglês e latim, regidas por 2 professores (...)

Sendo o vencimento do professor 1.800\$00 (um conto e oitocentos réis) anuais.” As escolas funcionavam em prédios particulares, com aluguéis pagos pelo cofre municipal (NAVES & RIOS, 1988, p.101)

Em Araguari, o advento das ferrovias como expressão da modernidade brasileira, fez a cidade integrar o eixo de acesso do interior do Brasil para o Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1890 teve início a construção da “Linha do Paranaíba” como parte do plano de viação férrea para diversos estados do país (esta linha fazia a ligação entre os municípios de Uberaba, Minas, e Catalão, Goiás).

Para construir a linha férrea,

Foi contratado, então, o empreiteiro Joaquim Santiago, para construir as quatro seções em que se dividira a Linha do Paranaíba, ou seja, duas seções de Uberaba a São Pedro do Uberabinha (Uberlândia), a terceira desta cidade até Araguari, e a quarta até Catalão. Esta última, porém, não foi realizada no tempo previsto (NAVES & RIOS, 1988, p. 69).

Portanto, Araguari tornou-se entroncamento entre a Companhia Mogiana e a Estrada de Ferro Goiás, contribuindo para o desenvolvimento do interior do sertão brasileiro.

A Companhia Mogiana inaugurou sua estação em Araguari no dia 15 de novembro em 1896, porém, apenas em fevereiro de 1913, com a inauguração oficial do primeiro trecho de via férrea de Minas a Goiás (Araguari / Catalão) é que finalmente atingiu-se o objetivo de ligar o interior aos portos do Rio de Janeiro e Santos.

Devido a sua posição estratégica entre as ferrovias foi instalada em Araguari a sede da “Estrada de Ferro de Goyas”. Em uma imponente edificação foram implantadas, além da estação, as oficinas para reparos, escritórios, almoxarifado, depósitos, serrarias, hospital, escola profissional, o que trouxe um grande desenvolvimento para a cidade (Dossiê de Tombamento do Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1998).

A inauguração do imponente prédio da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro de Goyás foi em 02 de dezembro de 1928. Por lá desembarcou inclusive o presidente Melo Viana que na ocasião fora recepcionado na bela construção, com grande festa realizada por toda comunidade.

O prédio foi recentemente reformado pelo governo municipal de Araguari, transformado hoje em sede da prefeitura.

A cidade modernizava-se; a ferrovia constantemente trazia imigrantes que se instalavam e trabalhavam nas áreas comerciais e agrícolas. Nas primeiras quatro décadas do século XX, Araguari tornou-se um dos municípios mais desenvolvidos do Triângulo Mineiro, contando com indústrias de refrigerantes e cerveja, curtumes, laticínios querosene, e até de armas. O comércio também se desenvolvia a pleno vapor contando com armazéns, casas bancárias, lojas de fazendas (tecidos) e revendedoras de automóveis.



Foto 2: Inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás, 1928. Fonte: Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto” – Araguari.

Porém, apesar de toda mudança que a ferrovia trouxe ao cenário urbano de Araguari, a estrutura agrária da cidade sempre teve maior relevância econômica na região, contando a produção de alimentos para consumo interno e também para exportação (principalmente de milho e arroz).

Em 1954 a sede da Estrada de Ferro de Goyas foi transferida para Goiânia, o que causou grande indignação à população, principalmente aos ferroviários que lá trabalhavam. Esta atitude também afetou os rumos da cidade:

A transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás, de Araguari para Goiânia, contribuiu para tornar estática a economia araguarina, por um bom tempo, refletindo também no campo social, com a saída de inúmeras famílias desta cidade. A fase áurea da década de 40 foi sucedida pela decadência da década de 50 (NAVES & RIOS, 1988, p. 72).

Várias alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus eram filhas de pessoas que trabalhavam nos escritórios da Estrada de Ferro Goyas; mas com a transferência da ferrovia o poder aquisitivo de algumas famílias decaiu, o que também refletiu na saída de algumas alunas, ou ainda outras que se tornaram bolsistas, porém este fato não afetou sobremaneira o colégio.

2.2 Situação educacional do Triângulo Mineiro

A supremacia do ensino privado na região do Triângulo Mineiro deu-se desde a abertura das primeiras escolas durante o final do século XIX até os anos de 1940, quando as autoridades governamentais deram maior atenção à questão educacional.

Com a abertura do Colégio Nossa Senhora das Dores, na cidade de Uberaba em 1885 houve o início de uma leva de congregações e colégios religiosos que iriam penetrar sertão adentro para dedicarem-se à evangelização. A fundação de um colégio estadual em Araguari em 1908 de nome “Grupo Escolar” (que posteriormente ao final dos anos 1920, passou-se a chamar “Grupo Escolar Raul Soares”), marcou o início das iniciativas estatais com relação à educação da região, mas que ainda seriam insuficientes e precárias.

No triângulo havia a predominância do ensino particular de cunho confessional-católico voltado para a educação de famílias abastadas e de classe média da região para a formação de quadros da Igreja (tanto para homens quanto para mulheres).

Na região, a primeira instituição de caráter privado, porém não confessional a ser aberta foi na cidade de São Pedro do Uberabinha em 1912 (antigo nome de Uberlândia, que vigorou até 1929), e chamava-se “Ginásio de Uberabinha”. (INÁCIO FILHO, 2002, p. 41).

2.2.1 A presença de instituições confessionais no Triângulo

A educação mineira no início do século XX foi fortemente influenciada pelos ditames da Igreja Católica. E na região do Triângulo Mineiro não foi diferente.

A abertura de escolas de cunho religioso possuía um importante papel de disseminação da cultura católica e de formação da fé e moral cristã. Em tempos de combate ao positivismo e ao laicismo implantados pela República, a educação das novas gerações através das escolas confessionais era uma das fortes armas do bispado brasileiro contra o protestantismo e o ensino laico. Um dos pontos em comum entre as várias congregações e institutos religiosos femininos de todo país foi a atenção voltada para a educação da juventude e às obras sociais, além dos serviços prestados a orfanatos, hospitais e asilos. Outra característica é o caráter particular dos colégios religiosos, o que privilegiava uma pequena camada da sociedade capaz de pagar as mensalidades e os caros enxovais necessários para a entrada na instituição. Essas instituições atuavam nas modalidades de internato, externato e semi-internato.

A multiplicação das escolas católicas é exatamente uma resposta dos religiosos a essa disposição da Igreja, preocupada em fazer frente ao ensino leigo oficial e à multiplicação de escolas confessionais do tipo protestante. (BICALHO & LOPES, 1993, p. 52)

A rigidez da disciplina e a grande preocupação com a formação moral de seus alunos diferenciavam os colégios católicos perante a sociedade e tornava-os um grande atrativo das famílias mais abastadas. Mas, é evidente que a educação ministrada pelos religiosos (que em sua maioria eram europeus) era de grande apreço das oligarquias tradicionais, já que o elevado nível cultural dos colégios era a razão principal de seu prestígio social.

Com o intuito de converter mais fiéis, as congregações iniciaram seu trabalho de peregrinação pelo interior do país chegando também ao oeste de Minas Gerais (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba).

Geovana Melo Moura (2002) realizou pesquisa na primeira instituição católica da cidade de Uberaba acerca dos anos de 1940/1966. No ano de 1881 os dominicanos instalaram-se naquela cidade (considerado importante elo de ligação entre os pólos

urbanos do Sudeste e o interior de Minas Gerais e Goiás); no ano de 1885 as Irmãs Dominicanas fundaram o Colégio Nossa Senhora das Dores.

A instituição fora aberta somente a meninas, com instalações para internato e externato, visando a educação das filhas das famílias mais ricas; porém, eram oferecidas vagas para alunas carentes, que em troca de educação prestavam serviços domésticos à instituição.

Na mesma cidade foi aberta outra escola. Fabíola Carneiro de Matos (2003) pesquisou o Colégio Marista Diocesano de Uberaba que foi aberto no ano de 1903 pelos Irmãos Maristas. Suas pesquisas abrangeram o período de 1903 até 1953. Na instituição ministrava-se o ensino primário, secundário e o curso teórico/prático de Agrimensura. Os alunos poderiam ser internos, externos ou semi- internos.

Em Araguari foi instalado o Colégio Sagrado Coração de Jesus no ano de 1919 pela Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, advindas da cidade de Berlaar, Bélgica. Além deste trabalho, até o momento não houve outra pesquisa realizada com relação a esta instituição dentro do NEPHE, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, porém, Vera Puga (1994) realizou estudos referentes a esta instituição. Suas análises focalizaram a disciplina que cotidianamente era imposta para as alunas do colégio utilizando-se principalmente da teoria de Foucault. Voltado inicialmente para o ensino primário, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1930 deu início ao curso Normal. Anos depois foram instalados o curso Ginásial e o Comercial nas modalidades de Contabilidade e Secretariado. Funcionava em regime de internato, externato e semi-internato. Logo a frente esta instituição será melhor abordada.

Em 1926 foi fundado também em Araguari o Colégio Regina Pacis pelos Educadores da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, vindos da Holanda, com o ensino voltado exclusivamente a meninos. Inicialmente ficou instalado numa casa alugada, quando em 30 de maio de 1926 tiveram início as aulas do curso de admissão. Em 1928 foi transferido para sede própria na Avenida Minas Gerais, periferia da cidade na época, sendo rodeado por pouquíssimas casas. Também possuía alunos internos e externos. Este colégio teve muita importância para as Irmãs do Colégio Sagrado Coração de Jesus, pois os padres dos Sagrados Corações eram os Diretores Espirituais das religiosas, sendo que o reitor do Colégio Sagrado era o Padre Marcos Erwik, religioso do Colégio Regina Pacis.



Foto 3: Colégio Regina Pacis – entrada principal. Década de 1930.

Fonte: Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto” - Araguari

Na cidade de Patrocínio, a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria também abriu uma outra instituição educacional, chamada Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio. Michelle Pereira da Silva (2005) tratou desta importante instituição dentro do recorte temporal de 1928/1935. Sua fundação se deu em 1928, mas somente em 02/02/1929 que a Escola Normal inicia suas atividades.

Em Uberlândia, durante o ano de 1932 foi fundado o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas pelas religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Em seus anos iniciais atuou apenas na educação feminina nas modalidades de internato, externato e semi-internato.



Foto 4: Padre Marcos Erwik, professor do Colégio Regina Pacis e Reitor do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Acervo Particular Maria Auxiliadora de Lima.

Ituiutaba também recebeu um colégio religioso no final da década dos trinta. O Colégio Santa Teresa foi criado em 1939 pela Congregação das Irmãs Carlistas Scalabrinianas. Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira (2003) trata desta instituição desde 1939 a 1942, ano em que a primeira turma concluiu o 4º ano primário.

2.2.2 Gênese do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguari

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi fundado pelas irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria (C. S. C. M.). Esta Congregação foi fundada na cidade de Berlaar, Bélgica, em 14 de março de 1845.

De acordo com as necessidades espirituais, a Congregação criou pensionato (1904), que atendia crianças ricas e pobres, este foi de grande importância para o futuro da Congregação, principalmente pelo aspecto educacional que começou a se estruturar, como para o seu crescimento em relação à vocação (...)

As regras eram rígidas quanto ao comportamento que queriam formar na mulher, embora diferenciado segundo o status social. Acrescentava-se às regras a importância que o trabalho manual assumia, para as alunas pobres, eles eram úteis apenas para a simplicidade e funcionalidade. No entanto, para a burguesia, os bordados de luxo. De forma geral, seu objetivo era desenvolver virtudes, simplicidade, sobriedade, qualidades essenciais para a mulher como esposa ou mãe (SILVA, 2005, p.100)

A Congregação aumentava seu quadro de religiosas a cada ano (fenômeno típico do final do século XIX), e com isso investiu no movimento missionário católico, não só na Bélgica, mas em diversos países do mundo (Congo Belga – 1899; Brasil – 1907; Dinamarca – 1911). Suas congregadas tinham como missões (“carisma”) formarem-se como enfermeiras e professoras (nesse caso faziam seus estudos na Escola de Froebel na Bélgica), para assim prestarem ajuda a quem necessitasse.

Atendendo a um convite realizado pelo bispo da cidade de Montes Claros-MG, quatro irmãs partiram de Berlaar com destino ao Brasil para trabalharem no hospital da referida cidade. Tal hospital servia a pessoas indigentes e passava por grandes dificuldades, requerendo ajuda. Após mais de um mês da partida as irmãs chegaram ao porto da cidade do Rio de Janeiro e assim seguiram rumo a Montes Claros, aonde chegaram no mês de junho do ano de 1907. Encontraram dificuldades com idioma português, e assim duas irmãs voltaram para a Bélgica e duas ficaram (SILVA, 2005, p.102).

Em Januária (MG), cidade próxima a Montes Claros e que pertencia a seu bispado, havia um colégio que foi reformado e veio a ser dirigido por oito freiras belgas da Congregação de Berlaar, tornando-se um colégio de religiosas chamado “Colégio Sagrado Coração de Jesus”. Nessa época já haviam vindo mais missionárias ao Brasil, inclusive a Montes Claros; portanto algumas delas se deslocou a essa cidade para lá trabalharem na referida instituição.

Como condição essencial da Congregação era necessário haver um “Mentor Espiritual” para a permanência das irmãs em uma determinada localidade; este deveria ser o responsável pela celebração de missas e confissões das religiosas. Januária

dispunha apenas de um padre, mas que residia na zona rural, o que dificultava suas idas à cidade, faltando assim o atendimento espiritual necessário às religiosas. Isto acabou por inviabilizar sua permanência. Também eram precárias as condições em que se encontravam as congregadas, o que aumentava ainda mais a necessidade de mudança da cidade.

Nesse tempo já existiam algumas escolas municipais na cidade de Araguari. A primeira aberta pelo Governo Estadual e que ministrava o ensino primário chamava-se “Grupo Escolar” (esta teve suas atividades iniciadas em 1909, sendo que no final dos anos 1920 passou a denominar-se “Grupo Escolar Raul Soares”), mas que não atendia aos interesses de toda sociedade araguarina da época (algumas famílias mais ricas não queriam matricular seus filhos numa escola pública, mandando os meninos estudarem em colégios da capital ou em internatos; as moças, quando recebiam autorização para estudarem fora, iam para os internatos de Uberaba ou das capitais do país).

Ao perceber a vontade que muitas famílias araguarinas tinham em abrir um colégio religioso, Padre Manuel Curado Fleury, pároco de Araguari, viu num colégio coordenado por freiras a melhor educação para as jovens. Assim, fez vários pedidos ao Bispo de Uberaba, D. Eduardo Duarte e Silva, para que fosse enviada alguma Congregação de religiosas que se responsabilizasse pela formação das meninas e moças da região. Foram realizados vários convites, inclusive às Irmãs Dominicanas de Uberaba, porém as respostas foram negativas.

Na mesma época, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria também procuravam por um novo local para se instalar, e ao enviarem o pedido ao Núncio Apostólico, Monsenhor Bavona, receberam a notícia dos apelos realizados pelo padre de Araguari.

Sendo assim, já no começo do mês de outubro do ano de 1918 chegaram a Araguari as Irmãs Maria Berchamans e Maria Madalena que entraram em contato com o Pe. Fleury e acertaram os detalhes da vinda de religiosas da Congregação para a cidade.

As Irmãs chegaram à cidade e se instalaram, provisoriamente, nas dependências da Casa Paroquial da Praça da Matriz, onde permaneceram do dia 25 de dezembro de 1918 a 14 de abril de 1919, data em que foi inaugurado o prédio reformado para a instalação do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Foi realizada missa solene pelo Padre Lafayette de Godoy, e a nova instituição ficou sob a direção da Irmã Maria Blandina.



Foto 5: Padre Manuel Curado Fleury. Fonte: Arquivo do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Ad perpetuan rei memorian!

A fundação do Collegio Sagrado Coração de Jesus de Araguary

Em dia de um dos últimos mezes do anno de 1918, appareceram em casa de residencia do Dr. Orestes Gomes de Carvalho, então Promotor de Justiça desta comarca e Inspector Escolar nesta cidade, acompanhadas do Revm° vigario desta parochia, Sr. Cônego Manuel Curado Fleury, duas Irmãs educadoras da Congregação do Sagrado Coração de Maria, as quaes eram portadoras de uma carta do Exm° e Revm° Sr. D. Eduardo Duarte e Silva, Bispo da Diocese de Uberaba, endereçada ao Sr. Orestes.

Nessa carta, aquelle Prelado de saudosa memoria, após apresentar as suas portadoras, pediu que o Dr. Orestes, as protegesse de molde a que conseguissem recursos por meio de subscrição publica, afim de

que com elles, pudessem ellas fundar nesta cidade, um collegio para meninas.

Como era natural, o pedido de D. Eduardo, fôra recebido com real sympathia e no mesmo instante de seu recebimento, Dr. Orestes organisou uma commissão composta delle proprio, e dos Senhores Cônego Manuel Curado Fleury e Cnel. Lindolpho França Dofico, a qual em seguida deu inicio à collecta de dinheiro entre os habitantes do municipio de Araguay, para a realisação da fundação do Collegio em apreço.

No mesmo dia em que se deu inicio a collecta mencionada, a comissão para esse fim organizada, poude verificar com immensa satisfação que em breve Araguay, poderia contar com um magnifico estabelecimento de instrução feminino, visto como em poucas horas havia ella conseguido a quantia de 13:500\$00 de donativos e mais todo o material necessário à reconstrução do prédio escolhido para a fundação do estabelecimento, que teve a denominação de “Collegio Sagrado Coração de Jesus”, sito á rua Bôa Vista, esquina da rua da Liberdade.

De posse de todos esses recursos, realmente teve logar fundação e início das aulas do “Collegio Sagrado Coração de Jesus” de Araguay, em data de 14 de abril de 1919, cuja educação moral, cívica e religiosa nelle ministrada pelas Revmas. Irmans do Sagrado Coração de Maria, as filhas de Araguay, muito bem contribuído para a grandeza de Minas Gerais e do Brasil! (Livro do Tombo, p. 13 verso e 14 frente).

Segundo Irmã Maria Giovanni (nome civil: Ignez Rodrigues; entrevista realizada à autora, 2003), os coronéis da cidade fizeram doações com quantias não inferiores a 500 mil réis para que houvesse a compra e reforma das futuras instalações do colégio.

O município, através da lei n° 214 de 04 de fevereiro de 1919, também contribuiu para a manutenção do Colégio:

Lei n° 214 de 4 de Fevereiro de 1919

Que cria a verba de 2:000\$000 a titulo de auxilio ao Collegio Sagrado Coração de Jesus.

O povo do município de Araguay, por seus vereadores, decretou eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1°: Fica criada a verba de dois contos de reis, por anno a titulo de auxilio ao estabelecimento de ensino Collegio Sagrado Coração de Jesus, desta cidade.

Art. 2°: Fica o Sr° Agente Executivo autorizado a pagar ao referido Collegio a quantia de quinhentos mil reis trimestralmente.

Art. 3º: O Collegio fica obrigado a acceitar anualmente e gratuitamente dez alumnas externas reconhecidamente pobres e a juízo do Srº Agente Executivo.

Artº 4: As despesas correrão pela verba instrução pública, ou de qualquer outra não esgotada. (...)

(Lei extraída de Ata da Câmara Municipal de Araguari, Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto”).

Como se percebe, apesar de se tratar de uma instituição de cunho confessional, o município também se encarregou de auxiliar nos custeios do Colégio recém implantado pelas freiras. Interessante o Art. 3º, que obrigou a instituição a aceitar alunas pobres. Ou seja, a escola era particular, porém a verba sairia daquela dirigida à “instrução pública”; a instituição deveria aceitar 10 alunas pobres gratuitamente, porém sabe-se que muitas alunas bolsistas também prestavam serviços domésticos à instituição em troca dos estudos. Como se percebe, o prestígio por se tratar de uma escola católica a colocava em evidência dentro da administração pública municipal.

As alunas pobres seriam escolhidas pelo poder executivo municipal, sem nenhuma necessidade de comprovação de renda, o que causou indignação em alguns órgãos da imprensa local. O jornal “Triângulo” denunciou determinadas “preferências” do senhor J. Jeovah Santos (o prefeito) na escolha das crianças “pobres” que poderiam ganhar bolsa de estudos da prefeitura para estudar no colégio das Irmãs belgas ou no Regina Pacis.

[...] passando-se uma vista rápida sobre a relação [de alunos] a que temo-nos referido, desde logo se constata que o critério adoptado pela Prefeitura de Araguay foi o de protecționismo, com o maior desprezo ás possibilidades econômicas de tantos outros jovens dignos de amparo official, e que vivem por ahi á procura de quem os proteja [...] (O Triângulo, 28/02/1932, p. 1).

Foram semanas de discussão pública durante os anos trinta, em que o jornal fazia a denúncia e o prefeito mandava carta ao editor dando algumas satisfações. E na outra edição era impressa a resposta às “explicações” municipais, porém o jornal não deixava de criticar. Entre outras explicações enviadas na carta à direção do jornal pelo senhor prefeito, com relação ao Colégio Sagrado Coração de Jesus:

Que, quanto aos 18 pretendentes ao Sagrado Coração de Jesus, excedido de 6 o nº de lugares, teve o sr. Prefeito o cuidado de medir “a capacidade intellectual da cada pretendente”, de maneira a evitar

o desperdício das lições das professoras e o dinheiro publico destinado a esse auxilio. [...] Diz ainda muita coisa mais o sr.prefeito, em uma carta que lembra as botas de sete léguas.[...] (O Triângulo, 06/03/1932, p. 1).

Realmente, da lista divulgada pelo jornal constam nomes de meninas com sobrenomes importantes como os Belém que possuíam comércio na cidade e os Rodrigues, fazendeiros da região.

2.2.3 Primeiras atividades do Colégio Sagrado Coração de Jesus

O Colégio Sagrado Coração de Jesus crescia a olhos vistos, sendo que já no ano de 1924, a instituição contava com 30 alunas internas e 165 externas (registre-se que no Livro do Tombo, p.3 frente, informa que dessas 165 alunas externas deveriam estar inclusas 25 crianças pobres), conforme pode ser observado a seguir:

	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
Alunas internas	16	20	25	22	22	30	34	38	55
Alunas externas	82	90	105	128	190	140	141	264	205
Alunas externas pobres	—	—	—	—	—	25	25	20	20
Órfãs internas	—	—	—	—	—	—	—	05	05

Tabela 1: Número de alunas por ano no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Livro do Tombo, Arquivo do Colégio.

Fica evidente o aumento da procura pelo colégio. São crianças araguarinas e também vindas de diversos estados brasileiros, principalmente de Goiás. “Em 1923 avultou o número de creanças externas porque durante alguns meses esteve fechado o Grupo” (Livro do Tombo, 1924, p. 3 verso).

Cabe salientar que, além das crianças pobres haviam também as chamadas “órfãs internas”. Nada no Livro do Tombo elucidou do que se tratava, porém uma de nossas entrevistadas esclareceu que as órfãs eram meninas que chegavam ao colégio e tornavam-se internas, pois, de origem humilde e vindas de fazendas abandonavam pai e mãe para estudar. Como poucas vezes os familiares as visitavam eram chamadas de órfãs. Realizavam, em troca do ensino, as atividades de limpeza da instituição.

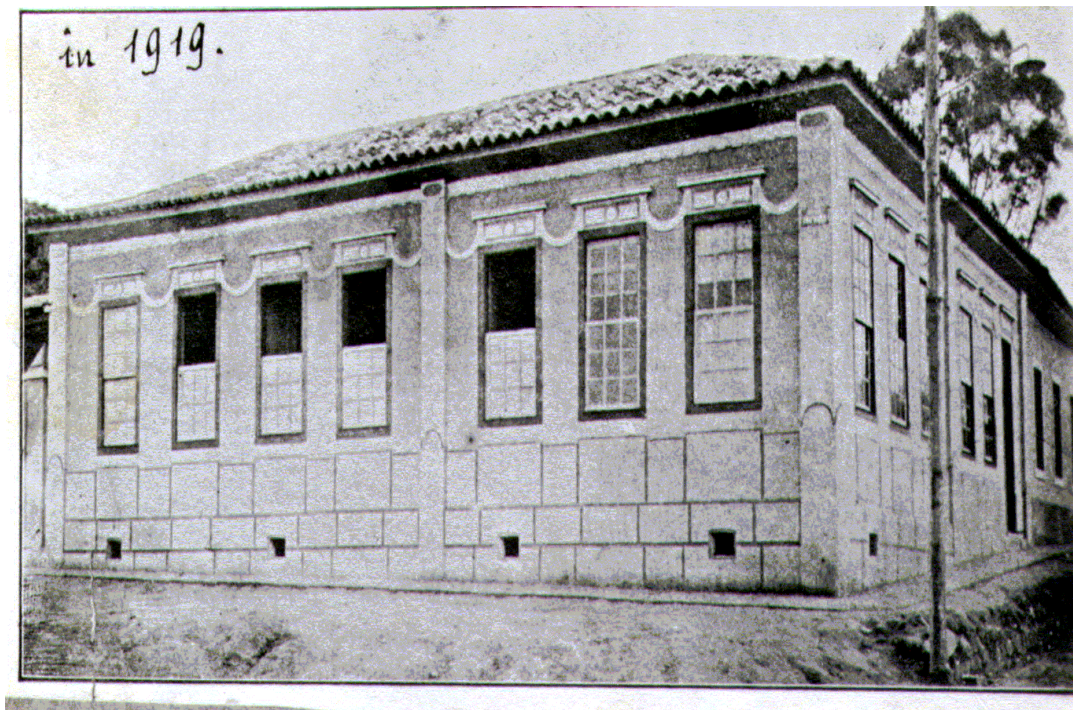


Foto 6: Casa adquirida para abrigar as instalações iniciais do Colégio Sagrado Coração de Jesus – 1919. Fonte: Arquivo do Colégio.

A escola era eminentemente feminina salvo os primeiros anos do primário que poderia ser freqüentado por garotos, e mesmo esse acabou tornando-se exclusivamente feminino quando em 1926 houve a abertura do colégio Regina Pacis na cidade. Após análise dos documentos da escola, concluiu-se que ela era freqüentada, principalmente pelas filhas de comerciantes locais, profissionais liberais, políticos e funcionários públicos (estas geralmente tornavam-se alunas externas), além de meninas vindas de outros estados brasileiros, principalmente Goiás, filhas de fazendeiros da região (essas se matriculavam como internas).

Numa edição da Revista “EXCELSIOR” comemorativa das bodas de prata da escola (25 anos de fundação), em um artigo intitulado “Histórico do Ginásio e Escola Normal S. Coração” que fora extraído do discurso proferido por Lucia Vânia na festa jubilar, trata das atividades iniciais do colégio e sua importante função de educar através dos preceitos da Igreja Católica:

Era apenas, uma Escola Primária. Mas já era muito. Era uma benção divina esparzida sobre a gente de Araguari, que se via obrigada a confiar a educação de seus filhos, a pessoas de outros credos, sem escrúpulos, e ignorantes da missão que exerciam.

O Rvmo. Pe. José Lafaiete de Godoi, que consignou em nosso livro de Tombo, a notícia de fundação, teve o cuidado de acrescentar, que o ilustre casal Lindolfo Rodrigues da Cunha e Maria Cândida de Godoi, exclamaram felizes com o velho Simeão no templo: “Agora, Senhor, deixai partir em paz vossos servos...” porque viam realizar-se o grande desejo da então família araguarina com o aparecimento de uma escola dirigida por Religiosas.

[...]Cremos que erramos, se pensarmos que as Irmãs distantes da Pátria e dos seus, tiveram muitas vezes saudades do torrão natal e do berço de sua vida religiosa, - a casa-mãe das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Berlaer [sic] – uma cidadezinha amiga, repousada numa planície verde e alcatifada de flôres na primavera, e coberta de neve, no inverno desolador. Berlear e o Convento, colocado mesmo á sombra da Igreja Matriz, cheio de lembranças e de recordações (EXCELSIOR, s.d., p 4).

Mais importante que a própria finalidade educacional do colégio, a vocação religiosa católica da qual se tratava a instituição era o principal anseio da sociedade da época, que se preocupava com a propagação de religiões não católicas, principalmente com os presbiterianos que já se encontravam instalados na cidade desde 1893.

A multiplicação das escolas católicas é exatamente uma resposta dos religiosos a essa disposição da Igreja, preocupada em fazer frente ao ensino leigo oficial e à multiplicação de escolas confessionais do tipo protestante. (BICALHO & LOPES, 1993, p.52)

Em 07 de agosto de 1924, o colégio recebeu a primeira visita do Inspetor Regional de Ensino, vindo diretamente de Belo Horizonte. Afirma ele em observação dada no Livro do Tombo ser o colégio possuidor de boas condições higiênicas e pedagógicas e de que o Colégio era dirigido pela Madre Blandina e por mais 8 irmãs,

sendo uma delas brasileira. Todos os demais que realizaram a visita de inspeção no Sagrado elogiaram as condições da escola, inclusive o bispo em sua visita à instituição:

O espírito da disciplina da comunidade reflecte-se na ordem material do estabelecimento e nas boas disposições das educandas. Araguay, 5 de junho de 1925. Antonio A. Lustosa, bispo de Uberaba (Livro do Tombo, Arquivo do Colégio).

Em 15 de junho de 1924, pelo padre Lafayette de Godoy, foram benzidos e inaugurados o novo prédio do colégio e seus respectivos compartimentos, já que aquela pequena casa não estava acolhendo tão bem as irmãs e suas funções.

Em visita à cidade, o presidente do estado de Minas Gerais Antonio Carlos Ribeiro de Andrada esteve nas dependências do Colégio no dia 14 de outubro de 1927, haja vista a grande relevância que a instituição já possuía no município.



Foto 7: Madre Maria Blandina: Superiora Nacional da Congregação do Sagrado Coração de Maria e diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Fonte: arquivo particular Maria Auxiliadora de Lima.



Foto 8: Novo prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus construído na antiga rua Bôa Vista. Década de 1930. Fonte: Arquivo Público Municipal “Dr. Cali Porto” – Araguari.

No mesmo ano de 1927, “[...] visando a formação de religiosas brasileiras, foi criado o noviciado da Congregação em Araguari, anexo ao colégio” (NAVES & RIOS, 1988, p. 104). A Irmã Eustáquia foi a primeira a receber o hábito no Brasil.

Além dos cursos Normal e Ginásial, esta casa que é um Estabelecimento Feminino mantém uma Escola de Corte e Costura; dá aulas especiais de Desenho, Pintura e Música; Trabalhos Manuais, Modelagem, e metaloplástica; formando também excelentes datilógrafas (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944).

As aulas particulares eram ministradas às alunas externas, pois as internas já freqüentavam esses cursos para “ocuparem o tempo” ocioso. A desocupação era considerada “perigosa” pois poderia trazer conseqüências graves à moralidade imposta pelo internato, acarretando em prejuízo na formação da personalidade das jovens. Pessoas que não faziam parte do quadro discente da escola também podiam se matricular para as aulas extras.

Além do Colégio Sagrado Coração de Jesus, as irmãs belgas tinham um colégio anexo nomeado Colégio São Luíz. Este se encontrava em frente ao Sagrado, porém destinava-se a atender crianças, tanto meninas quanto meninos, das classes mais pobres. O ensino lá ministrado era gratuito e ministrado pelas freiras. Também era o local aonde as normalistas iam para as aulas práticas do último ano do Normal. Infelizmente houve

um incêndio que destruiu a maioria de sua documentação, o que tornou muito difícil encontrar alguma lembrança documental.

Ao perceberem a falta de uma educação escolar voltada para as meninas que terminavam os estudos primários, o Colégio Sagrado Coração de Jesus imbuu-se do dever de trazer à Araguari um Curso Normal que pudesse atender a demanda que algumas famílias já realizavam. A educação feminina das primeiras décadas do século XX deveria estar impregnada dos valores cristãos e da moralidade casta da religião, além de transmitir uma formação profissional voltada para o ambiente escolar. Era isso que a sociedade requeria das mulheres, e era isso que as freiras belgas pretendiam com a abertura do Curso Normal em 1930.

CAPÍTULO III

Colégio Sagrado Coração de Jesus e o Curso Normal.

A finalidade da educação e da instrução é uma: a formação moral-religiosa do discípulo... todo o ensino deve ter por fim o melhoramento moral do educando. [...] A educação da mulher deve ser dirigida, portanto, para a aquisição do senso pratico, de piedade e de generosidade.

Pe. Eloy Kee ss.cc. (O Triângulo, 24/11/1935, p. 02)

Este capítulo pretende desenvolver análise referente às características das primeiras escolas Normais instaladas no Brasil, e logo em seguida, configurar as atividades iniciais que se deram no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus: apreciar sua organização, o currículo trabalhado, as questões que envolvem disciplina e religiosidade que estão profundamente imbricadas no ambiente de uma escola confessional, ressaltando a importância que a instituição alcançou com seu propósito de formar uma nova geração de moças capazes de educar através dos preceitos da fé católica.

1. Caracterizando a Escola Normal brasileira.

A Escola Normal brasileira surge com o intuito de formar professores para atuarem no ensino primário responsável pela educação do jovem cidadão nacional.

No decorrer da história das Escolas Normais, prevaleceu a preocupação com a inculcação de padrões morais e religiosos convenientes ao Estado. Não houve interesse na formação intelectual

de seus mestres. Na prática, a formação de professores nasceu atrelada ao serviço de inspeção, pois fazia-se necessário garantir rígido controle sobre os professores para “não gastar tempo e dinheiro com a formação”. O professor, antes de tudo, tinha que se conscientizar que sua função era de disseminador da moral pregada pela classe senhorial, já que a Escola Normal nasceu ligada à consolidação do poder dos grandes senhores proprietários (MENDONÇA, 2005, p.67).

A primeira escola Normal do Brasil foi inaugurada em Niterói em 1835, no Rio de Janeiro, sendo inclusive a primeira deste nível da América Latina e a primeira de caráter público do continente. Era dirigida somente para homens.(Bittencourt, 1953, p.44)

Em 1840 foi criada a primeira Escola Normal de Minas Gerais em Ouro Preto que passou por diversas improvisações sendo que em 1871 ela é definitivamente aberta.

Criadas com o objetivo de formar novos educadores capazes de levar instrução ao maior número de indivíduos e “em um tempo cada vez mais reduzido e que gerasse menos custos” (GOUVEA & ROSA, 2000, p. 21), as primeiras escolas Normais brasileiras caracterizaram-se por uma educação ministrada de maneira prolixa, difusa, que se dava através de propostas pedagógicas precárias que pouco se preocupavam com a formação dos futuros professores; o currículo dessas escolas limitava-se à reprodução dos conteúdos transmitidos nas escolas primárias, particularizando-se por uma metodologia de alfabetização precária. (MENDONÇA, 2005, p.60-61)

De início freqüentado em sua maioria pelo sexo masculino, as escolas Normais recebem cada vez mais mulheres. Essa transição é incentivada por diversas leis e decretos estaduais que ressaltam as “qualidades” inerentes às mulheres. Como pode se observar no Decreto n. 2836, de 31 de maio de 1910, designado pelo então Presidente de Minas Gerais Wenceslau Brás, a Reforma do Ensino Normal indica a freqüência das escolas Normais exclusivamente pelo sexo feminino:

Art. 2. As escolas normaes, sob a forma de externatos, serão freqüentadas exclusivamente por allumnas, às quaes será dada a educação intellectual, moral, physica e profissionnal, necessária ao preparo de professores primários com as qualidades indispensáveis ao magistério. (Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes)

Como justificativa de proporcionar maior inserção da mulher no campo profissional, o Estado exclui a formação masculina nos cursos Normais. Porém, sabe-se que a má remuneração do professor primário era insuficiente para um pai de família custear as despesas de sua casa, o que se tornava um atrativo a menos a um rapaz que procurava uma atividade profissional, mas que seria bem aceito pelas mulheres, já que o ato de educar era tido como algo inerente ao ser feminino, ou seja, sua vocação natural.

A formação das normalistas confundia até certo ponto o papel de professora com o de mãe; por isso se falava tanto em vocação e era senso comum a idéia de que a mulher era mais adequada ao magistério primário. A função maternal era transferida dos filhos para os alunos e continuaria a ser por muitos anos exaltada. (LOURO, 1987, p.32-33)

O processo de escolarização como forma de democratização da cultura e de diminuição do grande índice de analfabetismo da população nacional requeria a formação de quadros de professores habilitados. Porém, os homens já não recebiam tão bem esta tarefa que era tida como um dom do ser feminino. A mulher, aquela que cuida dos filhos deveria ser a pessoa mais apropriada para educar com ternura e amor os alunos das escolas elementares.

A preocupação da Velha República em consolidar os ideais do novo regime e massificar a educação do povo fez com que as antigas Escolas Isoladas fossem duramente criticadas por intelectuais e políticos republicanos devido sua deficiência e inoperância.

Ler, escrever e contar eram as preocupações centrais do ensino nessas escolas. Dos (as) professores (as) que nelas ensinavam eram exigidas, como elementos fundamentais de sua competência, a capacidade de ensinar e a idoneidade moral. Nesse contexto, o conhecimento escolarizado era o conhecimento do (a) professor (a), que em muito confundia-se com a própria cultura da população, da qual ele (a) era oriundo (a) e participante. (FARIA FILHO & VAGO, 2000, p.34)

Um novo regime exige novas atitudes e indivíduos adaptados às suas exigências. Para a realidade recém inaugurada, o ambiente escolar era considerado o mais propício; e assim houve a criação dos Grupos Escolares, em resposta à precariedade em que se encontrava a educação primária.

Os grupos escolares constituem parte da nova base educacional mineira, inspirada na modernidade e expressando e profetizando o progresso. Este novo espaço, racionalmente pensado para que ocorra o processo ensino/aprendizagem requer também profissional adequado às novas discussões teóricas sobre educação, tendo assim a formação requerida alcançada na Escola Normal conforme o modelo aprovado pelo Estado. (VIEIRA, 2004, p.100)

A adoção de novos métodos de ensino, como o ensino mútuo, e a conseqüente mudança na formação dos professores eram, juntamente com a instituição dos Grupos Escolares, as grandes peças que unidas modernizariam a organização da escola primária nacional.

Diante disso, formar professores capacitados através das Escolas Normais tornou-se evidente. Mas apesar da necessidade, os investimentos do Estado foram insuficientes, o que abriu caminho para que diversas Congregações católicas abrissem colégios para a formação de normalistas em todo o território nacional.

[...], pois, propósitos diferentes eram relacionados às instituições laicas e religiosas, quanto à formação da mulher, visto que, enquanto a primeira se responsabilizava pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas se preocupavam com a formação da elite. (SILVA, 2005, p.106)

Os Cursos Normais públicos (apesar de um número bem reduzido) eram freqüentados por garotas mais pobres, que necessitavam do magistério primário como meio de sobrevivência, enquanto que nas instituições particulares, o conhecimento cultural era voltado para o conhecimento cultural de jovens donas de casa.

Com isso, as escolas Normais tornaram-se uma opção para as mulheres, tanto àquelas pertencentes a uma parcela mais pobre da população, quanto às meninas filhas de famílias ricas. A escola Normal passou a ser importante degrau de ascensão social e de opção profissional para as menos abastadas, que procuravam por instituições públicas. Já para as mais afortunadas, a formação transmitida através dos cursos Normais tinha como principal atrativo a educação voltada principalmente para o futuro casamento e para a criação dos filhos; e nesse encaixe as instituições religiosas comandadas por freiras de origem européia tinham enorme prestígio.

Educar moças era uma das melhores formas de propagar o cristianismo, já que suas futuras famílias receberiam assim as primeiras lições da vida cristã. Essa foi uma posição reafirmada em 1929 através da encíclica *Divini illius magistri*, que afirmava ser

a família, logo após a Igreja, aquela responsável por educar os indivíduos. Como bem salienta Cambi (1999, p.565-566) a respeito do texto papal:

Só ela [a família], de fato, garante uma formação integral do homem em relação “ao fim sublime para o qual foi criado”, isto é, a salvação da fé e adequação aos mandamentos da Igreja. Justamente à Igreja é reconhecido um papel “proeminente” na educação dos jovens, enquanto depositária da verdadeira via para operar a salvação do homem, ao lado da família que tem “diretamente do Criador a missão e portanto o direito de educar a prole”, tanto no campo moral e religioso como no físico e civil.

A instalação de escolas era uma das medidas tomadas pela ação restauradora da Igreja Católica em todo o Brasil; vislumbrava-se nos colégios importantes meios de luta contra o protestantismo e ambientes propícios para a evangelização.

Com abertura de uma escola Normal em Araguari em 1930, os objetivos de formação de normalistas disseminadoras do evangelho eram conquistados; o Colégio Sagrado Coração de Jesus tinha como intuito ministrar uma educação calcada nos valores católicos de moralidade e disciplina; educar meninas para se tornarem boas professoras e excelentes donas de casa através de uma educação religiosa completa:

Há muito que esta região do Triângulo e grande parte da zona sul de Goiás necessitava de tamanho benefício, ainda mais pela carência de formação cristã e intelectual. Pois D. Eduardo já dizia: “trabalhar com os velhos é perder tempo; precisamos trabalhar na raiz, na infância, mormente na educação de futuras mães de família.” Era que se ia fazer. (MELLO, 1982, p. 33).

2. O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus teve seu início no ano de 1930, quando apenas sete alunas o concluíram em 1932: Abadia Abbud, Ruth de Souza, Porfíria Souza, Irmã Maria Rosalina (estas de Araguari), Majala Salomão, de Anápolis, Gilmor Neto, de São Paulo, e Ilda Souza, de Iraí de Minas (NAVES & RIOS, 1988, p. 105).

Em 31 de outubro do ano de 1931 pelo Decreto-Lei nº 10120 emitido pelo governo do estado, o colégio foi o primeiro estabelecimento de ensino da região a receber oficialmente autorização para ministrar o Ensino Normal para a formação de

professores primários. Anos depois foi instalado e reconhecido o curso ginásial e, posteriormente, o curso comercial nas modalidades de Contabilidade e Secretariado. Em 1947, pelo Decreto estadual nº 2416, recebeu outorga de mandato para ministrar o Ensino Normal de 2º ciclo, conforme as exigências das leis orgânicas de ensino promulgadas por Gustavo Capanema.

Quanto ao ensino Normal, a estrutura implantada pelo Decreto-Lei 8.530/46 foi a de cursos de nível médio. O curso de 1º ciclo (4 anos), para a formação de regentes, seria ministrado em escolas normais regionais e o curso de 2º ciclo (3 anos), para formar professores, seria ministrado nas escolas normais, propriamente ditas (SANTOS, 2001, p.150).

No colégio havia todo o curso primário. Com isso, muitas das alunas que já estudavam lá, ao final do primário prosseguiram seus estudos de adaptação, que era de dois anos, preparando-se para o curso de formação de professores propriamente dito que se dava em seguida por mais três anos.

O ingresso a todos os cursos do colégio, inclusive ao primário, se daria somente com a apresentação da certidão do registro de nascimento. Para a matrícula aos cursos de adaptação e Normal exigia-se ainda diploma do 4º ano primário e atestado médico “provando ser a candidata vacinada e isenta de qualquer moléstia contagiosa ou defeito físico que a incompatibilise com o magistério” (Jornal O Triângulo, 07/02/1932, p. 03).

Com relação às instalações do colégio, encontramos no Livro do Tombo a seguinte mensagem deixada por uma fiscal:

Termo de visita e inspeção de exames:

[...] O prédio e material didático impressionam bem: o gabinete de física, química e ciências naturais é quase completo. O museu já tem vários espécimes interessantes. A biblioteca é variada e bem escolhida.

Com o ato oficial da equiparação, aliás muito justo, que foi lavrado em Outubro do ano passado, a matrícula vai ser bem maior que a dos anos antecedentes.

26/02/1932, Anna Isabel Brandão, fiscal. (Livro do Tombo, p.17 f.).

A inspetora tinha razão; nos anos seguintes a quantidade de alunas que concluíram cada um dos três anos constituintes do Curso Normal era cada vez maior, como se pode observar na Tabela 2:

	1º ano	2º ano	3º ano
1930	08	_____	_____
1931	07	08	_____
1932	18	09	07
1933	25	18	08
1934	25	15	15
1935	25	21	15
1936	29	20	19
1937	21	25	18
1938	18	39	26
1939	14	15	19
1940	14	13	16
1941	07	11	13
1942	Não consta	06	14
1943	Não consta	Não consta	19
1944	Não consta	Não consta	18
1945	Não consta	Não consta	18
1946	Não consta	Não consta	25
1947	18	Não consta	Não consta

Tabela 2: Número de alunas que concluíram o ano letivo do Curso Normal, 1930-1947. Fonte: Arquivo do Colégio.

A procura pelo curso Normal do colégio teve grande aumento principalmente durante os primeiros anos de 1930. Como elucida Romanelli (1980, p. 55), a partir da Revolução de 1930 há um aumento da demanda social pela educação, o que ocasiona numa pressão crescente pela expansão do ensino de maneira geral. Assim, o magistério feminino é tido como uma possibilidade de profissionalização da mulher, não somente daquela que possui condição financeira escassa, mas como também àquela advinda das camadas mais tradicionais da sociedade, a fim de contribuir com os gastos do lar ou até mesmo prover o seu sustento. Michelle Silva (2005, p.128), ao analisar o contexto em que estava inserido o Curso Normal da Escola Nossa Senhora do Patrocínio salienta:

A educação das meninas estava assim delineada por princípios religiosos-católicos, igualmente, entendemos que à medida que a feminização do magistério acontecia, ele não era voltado unicamente para o casamento, as alunas procuraram nele, também, o meio de sua profissionalização. Assim, estas direções educacionais compreendiam o próprio papel da mulher enquanto esposa-mãe, como o seu trabalho enquanto normalista para a difusão do ensino primário, que naquele momento, estava associado ao conceito de desenvolvimento/progresso nos diferentes contextos brasileiros. (SILVA, 2005, p. 128).

Contudo, a partir do ano de 1939 iniciou-se uma decaída no índice de alunas concluintes do Normal. Uma das causas, provavelmente, foi a abertura de novos cursos dentro da Instituição, o que gerou novas possibilidades de formação profissional para as garotas da cidade. Outro fato é a abertura de novas instituições confessionais pela região que também iniciaram o ensino Normal, como, por exemplo, a Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio, que no ano de 1933 iniciou sua primeira turma de Normalistas (SILVA, 2005, p.130).

Com amplas instalações, o colégio era dotado de grande pátio interno onde as aulas de educação física eram realizadas; também nos horários de recreio, este era freqüentado pelas alunas externas, já que as internas não podiam ter muito contato e para isso ficavam separadas no refeitório ou em um outro pátio da escola sob a constante vigilância das Irmãs.

Havia grandes dormitórios para as internas, sendo que as camas eram uma ao lado da outra, diferenciadas por números que cada aluna recebia ao entrar para a instituição. Havia uma religiosa responsável por zelar pela “paz” daquele recinto.



Foto 09: Dormitório do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Acervo do colégio.



Foto 10: Sala da secretaria do Colégio. Década de 1940. Fonte: Acervo do Colégio.

2.1 Educar professoras: em busca de uma disciplinada formação.

Uma escola confessional tem como diferencial sua disciplina rígida e controladora. Esta postura também influenciava na educação das normalistas e tinha pretensões que eram exigidas naquela época.

[...] principalmente para as meninas e moças as normas do interior do colégio religioso estendiam-se até seus lares, em relação à obediência, disciplina e sexualidade, coincidindo nas duas instituições – família e colégio – a transmissão da ideologia burguesa de moralidade, educação e papéis sexuais. (SOUSA, 1994, p.42)

A própria Congregação tinha como princípio uma educação religiosa integral, onde os preceitos religiosos e os valores morais devem caminhar juntos, aliados à severa disciplina e ordem.

A escola primava em ministrar uma educação sólida, sob os preceitos do catolicismo e das teorias da moderna pedagogia católica. Esta tinha como princípio a união da educação e do ensino com a finalidade de dar formação moral-religiosa aos discípulos. A pedagogia católica ainda prega que a finalidade de toda educação é ser prática e útil.

Dirigida pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria, cujo trabalho principal é educar a Juventude e cuidar dos doentes – sendo portanto uma Congregação de mestras e enfermeiras – o Ginásio e Escola Normal Sagrado Coração de Jesus procura dar às suas alunas, uma

Educação Completa, uma Educação Ideal, vasada nos moldes da pedagogia católica e considerada no seu quádruplo objetivo: Formação Espiritual, Formação Intelectual, Formação Cívica, Formação Física (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944).

O tratamento dado pelas freiras era considerado como muito severo. Para muitas alunas o tratamento enérgico era motivo de medo entre as educandas; uma forma de controle sobre as atitudes das garotas:

A disciplina era muito rigorosa. As irmãs exigiam silêncio durante as aulas. A mais brava das irmãs era a irmã Olga. Ela não fazia nada... somente com o olhar ela nos passava medo... nos fulminava. Tínhamos respeito pelas irmãs, mas por algumas tínhamos era medo. Quando a Irmã Olga chegava na sala ela, primeiramente, batia com a aliança na porta. Todo mundo já sabia que era ela e ficava morrendo de medo. (SOUZA, 2006, entrevista concedida á autora)

Controlar as atitudes, silenciar corredores, exigir horários e regras de conduta, imprimir o medo para a manutenção da autoridade; essas são características consideradas eficientes dentro de uma sociedade que necessita de conformação e aceitação. Portanto, os colégios católicos imprimiam sua autoridade e hierarquia às suas alunas para que assim, por meio da disciplina, a moral familiar fosse preservada e as paixões do corpo fossem controladas. A seguinte colocação de Foucault (1984, p.106) trata desta questão da vigilância constante como forma de manter a disciplina:

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olha-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigia-los durante todo o tempo da atividade e submete-los a uma perpétua pirâmide de olhares.

Às alunas era proibido o trânsito dentro das dependências do colégio sem o acompanhamento de uma das religiosas. “Também não gostavam que a gente fosse ao banheiro, que saísse da sala... tinha sempre uma irmã vigiando os corredores” (SOUZA, 2006, entrevista concedida à autora).

O tratamento dado pelas freiras para as alunas externas e internas era diferenciado. Na realidade, as religiosas tinham maior vigilância com as alunas que moravam na instituição, preocupavam-se mais com elas já que as famílias depositavam

todas as suas confianças naquelas religiosas. Portanto as internas recebiam um tratamento mais rigoroso, diferenciado, já que os internatos católicos...

apresentavam-se aos pais como aglutinador de várias vantagens: permitiam a instrução da moça, aprimoravam-na em conhecimentos e hábitos religiosos e não a deixavam correr qualquer risco quanto à sua integridade física e moral.(PRATES, 2000, p. 71).

À internas eram permitidos alguns passeios aos finais de semana como assistir a algum filme (que retratasse a história de Jesus ou das passagens bíblicas).

No regime de internato as moças eram tratadas com muito rigor. Elas moravam no colégio, suas roupas eram lavadas lá [...] Elas somente saíam acompanhadas das irmãs... e quando saíam às vezes no Domingo, as irmãs as levavam, em fila, para dar uma volta na rua. A gente não andava sozinha de jeito nenhum. Era um passeio, mas em fila (RODRIGUES, 2003, entrevista concedida à autora).



Foto 11: Passeio dominical das alunas do internato. Década de 40. Fonte: Arquivo do Colégio.

A vigilância era constante. O contato entre as alunas do internato com as alunas externas era o menor possível.

A Sra. Marta Duarte lembra de seu relacionamento com as alunas internas e de como essas eram tratadas pelas freiras:

Fui aluna externa ... a gente tinha comunicação com as alunas do internato mais dentro da classe, fora ficávamos bem separadas ... as irmãs vigiavam ... a gente ficava junto enquanto estávamos estudando dentro da classe, ou fazendo ginástica... Lembro-me das internas irem tomar lanche no refeitório e nós externas ficávamos no pátio. (DUARTE, 2003, entrevista concedida à autora).

Porém, apesar do controle das freiras, as alunas internas sempre encontravam um momento de comunicação com as externas lhes pedindo favores, tais como a compra de doces e o envio de recados para os namoricos que estavam além dos muros da escola.

Esse cuidado todo era para evitar que as alunas internas tivessem algum contato com o mundo exterior, pois depois que adentravam os muros do Colégio Sagrado Coração de Jesus a vida seria, a partir de então, marcada por sanções, silêncios e orações. “A disciplina exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo.”(FOUCAULT, 1977, p.130).

O cotidiano escolar era rigoroso. A religiosidade comandava todas as atividades diárias da instituição.

Formação Espiritual:

As Irmãs do Sagrado Coração de Maria, procuram moldar o caráter de suas jovens, pelos princípios sublimes da fé católica, havendo no estabelecimento, uma intensa vida espiritual (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944)

A rotina diária era marcada pelo tocar do sino. Ao se levantarem, as alunas internas deveriam iniciar suas orações e assim realizarem suas atividades: arrumar a cama, vestir-se, ir ao lavatório... Sempre rezando e com a presença de uma religiosa.

Quem estudava no colégio tinha como obrigação a freqüência às missas de domingo realizadas na capela da escola. As alunas internas tinham de freqüentá-las todos os dias. As missas eram rezadas em latim e com o padre de costas para os fiéis. O início era sempre às sete horas da manhã e segundo o relato de uma ex-aluna, às vezes havia alguma garota que desmaiava durante a celebração, pois as internas deveriam ir em jejum. Aos domingos era obrigatória a presença de todas as alunas, inclusive as externas. Era necessário comparecer de uniforme de gala e cada professora realizava a chamada de sua turma ao final da celebração. Na segunda-feira era mister entregar à professora de religião um resumo do sermão que o padre havia proclamado na missa do dia anterior.

A rigidez da irmã Olga era tamanha que em um domingo eu não tinha como ir com minha camisa porque ela tinha sido lavada e ainda estava úmida, então tive que ir com outra. A capela estava lotada de alunas e eu fiquei lá no fundo. Quando a irmã Olga me viu ela só me olhou e apontou o caminho até a porta. Foi horrível... todas as meninas ficaram olhando, eu me senti humilhada... mas fazer o quê... eu era muito tímida. (SOUZA, 2006, entrevista concedida á autora)

A disciplinarização das meninas que freqüentavam o Curso Normal era considerada muito importante pela sociedade; a severidade no tratamento era tida como imprescindível para a educação moral das normalistas para que assim agissem com prudência e recato. Portanto, com moças educadas, polidas e bem preparadas o Colégio Sagrado Coração de Jesus correspondia aos anseios da Igreja e das famílias que requeriam professoras - mães moldadas na fé católica para a educação das novas gerações e propagação do credo.



Foto 12: Interior da Capela do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Década de 1930. Fonte: Acervo da Instituição.

2.2 Rituais Pedagógicos e Currículo.

As primeiras professoras do Curso Normal foram as próprias freiras que ministravam todas as disciplinas, exceto as aulas de religião que posteriormente passaram a ser ministradas pelo Padre Marcos Erwik. Algumas professoras leigas davam aulas de educação física (principalmente ex-alunas). A partir de 1943, para

ministrar as aulas de educação física foi contratada a senhora Marilda Helena Vasconcelos que também não era religiosa.

O ensino religioso era baseado no catecismo e no estudo da História Sagrada. Era o principal responsável pela formação moral das alunas e pela propagação da fé católica.

Diariamente as professoras entravam nas salas de aula e diziam a saudação “Ave Jesus!”, e as alunas deveriam responder: “Ave Maria!”. Depois era realizada uma oração da Ave Maria e iniciava-se a aula.

Formação Intelectual:

Afim de dar uma sólida educação intelectual às suas alunas, o Ginásio e Escola Normal Sagrado Coração, mantém selecionado corpo docente; aparelha suas diversas dependências, com ótimo material escolar; ministra os diversos conhecimentos de maneira eficiente; faz executar os programas de modo sério e proveitoso. (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944).

O currículo das escolas confessionais femininas primava por transmitir conhecimentos capazes de educar moças para atuarem dentro do ambiente doméstico como no escolar.

Sendo assim, estudar o currículo de uma instituição é mais do que apenas analisar a grade disciplinar da escola; é a tentativa de compreender como os conhecimentos são trabalhados dia-a-dia; é analisar quais os conteúdos priorizados durante o processo de ensino e aprendizagem e assim questionar atitudes e valores enfatizados na rotina escolar.

A escola, através de suas práticas e conhecimentos difundidos, tenta legitimar uma dada situação, formar mentes que deverão estar em conformidade com os discursos de uma minoria dominante:

[...] é por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. (SILVA, 2001, p. 10)

Através dos conteúdos ministrados no ensino Normal, as freiras transmitiam a fé católica e os valores morais para que suas normalistas seguissem propagando a importância da religião dentro de suas aulas e de seus lares.

O apostolado que posso exercer no Colégio.

[...] Amemos mais a Jesus;

Sejamos só Dele: fonte de Amor e Graças. Só por meio da oração e através de Jesus é que cumprirei meus deveres de estudante.

Respeitando minhas mestras, amando-as e obedecendo-as e cumprindo meus deveres serei feliz! (EXCELSIOR, nº 51, 22/09/1939, p.02).

Pelo pequeno trecho acima, retirado do jornal Excelsior redigido pelas alunas terceiranistas do Normal do Colégio, percebe-se que a fundamentação religiosa estava acima de qualquer outro aspecto pedagógico, já que somente através da oração as atividades estudantis seriam completas. Também é perceptível a necessidade de obedecer e amar as freiras, para que assim houvesse a felicidade e a harmonia suficientes dentro dos muros do Colégio.

Sem muita discussão, a rotina escolar se dava através da prática do silêncio e da oração.

Durante as aulas as alunas deveriam usar o uniforme do colégio, composto de blusa branca, saia pregueada azul marinho, meias pretas acima dos joelhos e sapatos pretos bem engraxados. Não era permitida a entrada sem o uniforme.

As disciplinas dos cursos de adaptação e do curso Normal eram as seguintes:

Durante o 1º ano de adaptação as alunas recebiam aulas de: Português, Francês, História do Brasil e Educação Cívica, Desenho, Aritmética, Ciências Naturais, Geografia, Música, Trabalhos Manuais e Modelagem e Educação Física.

Durante o 2º ano havia: Ciências físicas e químicas, História do Brasil e Educação Cívica, Canto Coral, Trabalhos Manuais e Modelagem, Educação Física, Português, Francês, Aritmética, Ciências Naturais, Geografia e Música.

Já no curso Normal, o currículo do 1º e 2º anos era composto pelas seguintes disciplinas: Português, Francês, História do Brasil e Educação Cívica, Aritmética, Ciências Naturais (englobando estudos de física e química), Geografia, Música, Trabalhos Manuais e Modelagem, Desenho, Educação Física e Canto Coral. Observa-se que no 2º Normal havia a introdução de Geometria.

No 3º ano haviam: Português, Francês, Metodologia, Psicologia Infantil e Higiene Escolar, História do Brasil, Prática Profissional, Canto Coral, Educação Física e Escritação.

Além das disciplinas citadas acima, havia ainda a de “Comportamento” que tratava de mensurar como eram as atitudes de cada aluna durante o período em que estava dentro das paredes do colégio. As freiras davam grande importância a este conceito, utilizando-o como artifício para castigar as meninas que não atendiam às normas reinantes da instituição.

Durante as aulas, questões relacionadas aos órgãos sexuais e a própria sexualidade não eram trabalhadas. O corpo da mulher, na visão cristã-católica é tido como fonte do pecado, e portanto, questões referentes à fecundação, aos órgãos genitais ficavam praticamente sem qualquer menção. O objetivo das aulas era pregar a virgindade como virtude e o casamento como meta a ser atingida.

Um fato muito interessante sobre a rigidez da disciplina foi que durante o curso de ciências, a professora Magdala pulou a lição sobre o aparelho urinário. Não explicou o porque, só pulou. Nós comentávamos entre nós, mas não perguntamos nada a respeito. Não se explicava muito essas coisas. Muito menos sobre aparelho reprodutor. (LIMA, 2006, entrevista concedida à autora).

Ao educar as normalistas, pregava-se acima de tudo a castidade. Tratar questões referentes ao próprio corpo poderia levar às garotas a “devaneios”, o que para as religiosas poderiam influenciar negativamente a formação de sua personalidade.

No estudo da História do Brasil trabalhava-se principalmente sobre os feitos históricos dos grandes heróis nacionais. Não havia discussões sobre a realidade nacional. “A gente estudava muito a História do Brasil. Era obrigação saber as coisas mais importantes...” (RODRIGUES, 2003, entrevista concedida à autora). Na realidade, o objetivo era formar pessoas para reproduzirem identidades individuais e sociais, mães e professoras que não questionassem a realidade imposta. “O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2001, p.27).

Quanto ao ensino de Trabalhos Manuais e Modelagem, as alunas aprendiam a realizar trabalhos em tricô, crochê, bordados e pinturas. Era exigido de cada aluna a confecção de uma peça por mês que deveria ser pontuada. Esses conhecimentos seriam de grande importância para a aluna após tornar-se esposa e mãe.

Referindo-se à disciplina de Prática Profissional, esta seria a parte destinada à aprendizagem e confecção de planos de aula para que posteriormente as alunas fossem dar aulas práticas no primário do colégio ou no primário do colégio São Luís.

As aulas práticas deveriam ser realizadas por cada aluna do 3º ano; para isso havia a presença de uma professora que era responsável por fiscalizar e avaliar sua capacidade ensinar e agir perante uma sala de aula.

Apesar das exaustivas horas de aulas meramente expositivas, haviam momentos em que eram realizadas experiências no laboratório do colégio (principalmente durante as aulas de Ciências Naturais), além da realização de teatros e eventos sociais para angariar fundos para a Diocese.

Formação Cívica:

O amor da Pátria manifesta-se no Ginásio e Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, de maneira inconfundível; já pelo natural orgulho, que temos, de ser brasileiras; já pelo esforço que fazemos, no sentido de tornar esta Pátria grande e respeitada; já no culto que prestamos ao nosso caro Brasil; já nas manifestações que lhe fazemos, quando de nossas sessões cívicas organizadas pela Juventude Brasileira. (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944).

Durante as aulas de Educação Cívica, o sentimento de patriotismo era exacerbado. O estudo das datas comemorativas nacionais e o fortalecimento do amor pela pátria eram difundidos como maneiras eficientes de formação dos cidadãos nacionais. Na realidade, a luta contra o mal do comunismo estava difundida e nesse ponto, Igreja e Estado já estavam bem aproximados.

... disciplinas como Trabalhos Manuais, Educação Física, Ciências e Higiene e Atividades de Socialização (auditórios, orfeões, desfiles, jornais escolares, etc.) se tornam centrais no currículo, em função de sua influência na formação de hábitos e de valores, de sua importância na inserção do indivíduo numa organização que lhe é superior. (PEIXOTO, 2000, p.96).

Nas salas de aula encontravam-se expostos grandes mapas do Brasil e em cima do quadro negro uma grande cruz onde Jesus estava crucificado; na sala da diretoria estava uma foto do presidente (então Getúlio Vargas), além de quadros com o Sagrado Coração de Jesus e Maria. Demonstrações de que acima da realidade da nação, de seu território e de seus líderes, estava a santa Igreja e que esta deveria ser a primeira e maior realidade de toda a nação.



Foto 13: Sala de aula do Colégio Sagrado Coração de Jesus, final da década de 40. Fonte: Arquivo do Colégio.

Ao analisar a foto acima, percebe-se a sobriedade das alunas. A maioria está de cabeça baixa, o que deveria demonstrar respeito, porém transmite a dura disciplina impingida. O silêncio deveria ser reinante. Através da foto, era necessário comunicar ao seu expectador que aquelas alunas estavam numa instituição rígida, competente e séria.

Grandes desfiles em datas comemorativas também marcam a história das Normalistas. Carros alegóricos com meninas do primário vestidas de anjos; garotas do Normal segurando bandeiras do Brasil, do estado de Minas Gerais e de Araguari; filas de alunas vestidas com o uniforme de gala... Essas atividades cívicas sempre causavam grande orgulho para todos os cidadãos araguarinos: aos pais por verem suas filhas educadas por cândidas religiosas, o que as tornavam deslumbrantes aos olhares mais tradicionais, e ao restante do povo por poder contar em sua localidade de uma instituição comandada por freiras, o que demonstrava às demais cidades a religiosidade de todo a população municipal.

Outra atividade importante dentro do Curso Normal era as aulas de Educação Física. Através da disciplinarização do corpo, poderia-se obter um maior controle dos sentidos; “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente.” (FOUCAULT, 1977, p. 139).

Formação Física:

Não estaria completa, uma educação que fizesse absoluta abstração da vida corporal do indivíduo. “Mens sana in corpore sano”, já diziam os antigos. É por isso que a Educação Física tem também em nosso estabelecimento o seu lugar, e que nosso “Rosas – Esporte – Clube” nos diverte tantas vezes, com suas tardes esportivas, agradáveis e interessantes. (Lembranças Jubilares, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1919-1944).

Havia aulas de vôlei, ginástica, corridas com barreiras e também competições entre as turmas. Deveria-se freqüentar as aulas com um uniforme composto de camisa branca, tênis e meias compridas, saia pregueada e por baixo da saia uma bermuda mais larga, o que provavelmente dificultava a realização dos movimentos.

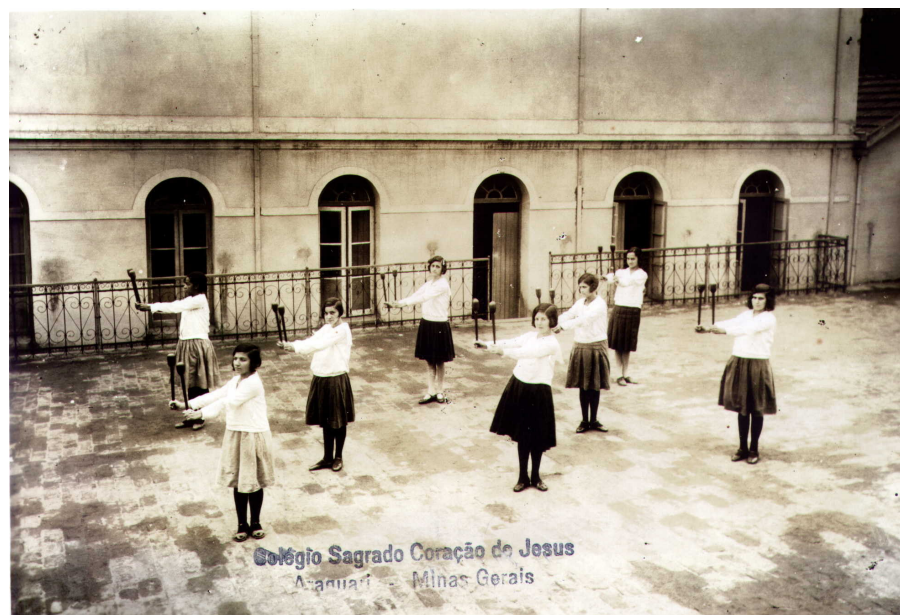


Foto 14: Aula de educação física, por volta dos anos de 1930. Fonte: Acervo particular Ignez Rodrigues.

O Colégio recebia alunas bolsistas que não tinham condições de pagar seus estudos. O município pagava para que 10 meninas pobres pudessem freqüentar as aulas da instituição, porém havia, segundo registros do Colégio, um número superior a este, sendo que essas alunas deveriam “pagar” de alguma maneira esta educação: a grande

maioria trabalhava ao final das aulas com os afazeres mais pesados, muitas vezes passando o dia todo limpando salas e lavando roupas, mas também havia casos de ex-alunas darem aulas gratuitamente após se formarem, como forma de pagamento pela educação recebida na escola.

Uma de nossas entrevistas foi realizada com Adélia Fernandes de Melo Campos, aluna da turma de 1933, que foi bolsista:

Meu pai perdeu tudo o que possuía e ele não tinha condições de continuar a pagar os meus estudos no Sagrado[...] isso foi em 1929, 1930. Então em 1931 eu não teria condições mais de estudar por causa do pagamento. Assim, mamãe e eu estivemos na diretoria do colégio e conversamos com a irmã Rodriguez, que era a diretora da parte de ensino; mamãe expôs a minha situação e perguntou se eu poderia estudar para pagar posteriormente com o meu trabalho. Eu gostava de estudar, era boa aluna [...] a irmã permitiu e eu estudei em 1931, 1932 e 1933 e paguei esses estudos, inclusive o curso de pintura, depois de formada lecionando durante o ano de 1934. Foi feito naquele dia um contrato com a irmã [...] não sabia quanto tempo deveria trabalhar para quitar o meu ensino de 3 anos, mas elas ficaram satisfeitas com meu trabalho de um ano apenas e assim ficou quitado todo meu compromisso com elas. (CAMPOS, 2003, entrevista concedida á autora).

Outra característica da instituição era a grande quantidade de avaliações a que eram submetidas as normalistas.

O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos julga-los, medi-los, localiza-los e, por conseguinte, utiliza-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder. (FOUCAULT, 1984, p.106-107)

O momento de entrega das notas era um dos mais temidos pelas alunas. No salão nobre, ao final de cada bimestre, reunia-se todas as discentes do colégio para que houvesse a proclamação dos resultados obtidos. “Era um momento bem difícil para as alunas porque todo mundo ficava sabendo sua nota, boa ou ruim” (LIMA, 2006, entrevista concedida à autora).

Através desse instrumento coercitivo, há um maior controle por parte das religiosas perante as garotas, pois torna o processo avaliativo um mecanismo de poder que pressiona as alunas a se enquadrarem aos moldes estabelecidos através do medo e da vergonha de não conseguirem alcançar o rendimento exigido.

Na realidade, o conhecimento era muito importante. Os conteúdos trabalhados deveriam ser bem aprendidos pelas alunas, o que deveria ser refletido através das notas obtidas nos exames. Aliás, como forma de recompensa, ao final do ano letivo havia a entrega de prêmios às melhores alunas daquele período (tais como livros religiosos, medalhas e santinhos), o que causava grande indignação e frustração na maioria das meninas que não conseguiam alcançar tal mérito.

Os exames escritos eram realizados quinzenalmente, abrangendo a matéria dada no período. Durante as aulas, sempre se voltava àquele conteúdo já estudado para assim apresentar o próximo. As provas escritas eram realizadas durante o ano todo, e ao final deste era realizado o exame oral para a promoção da aluna ao ano seguinte.

Os exames de promoção eram realizados em dezembro, em uma das salas do colégio, contando com a presença de um fiscal, da diretora e perante uma comissão examinadora composta por duas professoras. Somente faziam as provas orais as alunas que tivessem “frequência legal de três quartos das partes dos exercícios e trabalhos constantes do programa de ensino” (Livro de Atas de Exames). Havia o sorteio de ponto relativo a matéria dada durante todo o ano. Ao final era julgada a prova oral. Assim fazia-se a média anual das notas das provas escritas, somava-se a nota obtida no exame oral, dividia-se por dois, resultando na nota anual final de cada aluna.

A instituição era famosa. O “colégio das irmãs” (como até hoje ele é conhecido na cidade) tinha grande prestígio perante a sociedade, principalmente como elemento de diferenciação social das famílias mais tradicionais da cidade, já que se tratava de um colégio dirigido por religiosas que teriam todo o cuidado em transmitir os bons costumes e a moralidade da fé cristã.

Meus pais que optaram em matricularem - me lá... também era um colégio de renome que oferecia muitas vantagens na educação e na instrução das pessoas[...] O fato de ser um colégio de freiras com certeza dava um peso[...] (CAMPOS, 2003, entrevista concedida à autora).

As alunas do curso Normal vinham de diversas partes do país, segundo alguns registros encontrados no arquivo da instituição: Ituiutaba (M.G.), Estrela do Sul (M.G.), Prata (M.G.), Rio de Janeiro (R.J.), Água Suja (M.G.), Santa Cruz (G.O.), Tambaú (S. P.), entre outras cidades, o que demonstra o prestígio que esta educandário católico possuía perante o cenário regional e nacional.

Cada tempo histórico é marcado por uma proposta educacional. Durante o início do século XX, a educação não era um dos principais assuntos de interesse dos organismos governamentais, e nessa lacuna as instituições católicas se fixaram como importantes meios de educação de uma camada mais rica da sociedade.

Através de seus colégios, dar-se-ia a formação de novas gerações educadas perante o controle e a vigilância dos religiosos, interessados na restauração da religião e no combate às novas religiões protestantes.

Cabe salientar que, apesar do incansável cuidado com as questões morais, o ensino era criterioso; os conteúdos eram trabalhados de maneira a atender as exigências das escolas elementares e a importância do conhecimento era tratada como fundamental, mesmo que este não fosse posto em prática em sala de aula, mas dentro de seus lares e de usufruto de suas famílias.

Já no final dos anos de 1940, o propósito pedagógico do Curso de Formação de Professoras Primárias era considerado sob um prisma diferenciado. Era tido por suas frequentadoras como importante instrumento para sua atuação dentro e fora das salas de aula. Em um artigo da Revista Excelsior de 1949, são demonstradas as vantagens em se tornar professora através do um curso de Formação. O expressivo trecho apontado abaixo traz essas considerações:

Vantagens do Curso de Formação de Professores Primários.

Hoje, durante a aula de português, estudamos um problema de muito interesse para todas nós.

A discussão foi muito viva e interessante, porque espontânea e natural. Vou tentar reproduzi-la para os leitores de “EXCELSIOR” que com toda a certeza, também se interessam pelo assunto.

Disse uma de nossas colegas que não poderíamos lecionar sem ter primeiro feito o CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES PRIMÁRIOS. Outra discordou, afirmando que muitas moças lecionam sem que possuam os conhecimentos ministrados no Curso de Formação.

Concordei com ela porque achava que quase “instintivamente” sabemos ensinar às crianças. A turma, na sua maioria, parecia pender para o meu lado. Foi então que tivemos uma noção bem clara das vantagens do Curso que estamos fazendo: nossa professora ministrou-nos alguns ensinamentos que nos colocaram à altura de verificar o “êrro” em que estávamos, supondo acessório o que é essencial.

Agora, ninguém mais acha que pode prescindir de estudo que se faz no Curso de Formação, quando se pretende exercer o magistério. De

fato: muitas pessoas parecem que “instintivamente” sabem ensinar às crianças. Têm o dom de ensinar. Isso porém, não é documento para se eximirem à tarefa de se formarem convenientemente. Ao contrário, obriga-as mais ainda. E se é fato que muita gente sabe o que ensinar às crianças, é fato, também que muitas vezes se ignora como ensinar às crianças essas cousas. Esse “como” aprendemos fazendo bem o Curso de Formação, onde estudamos psicologia, metodologia, filosofia, sociologia, história da educação, etc; ensinamentos todos muito úteis, não só às que vão exercer o magistério, mas também, as outras, na vida prática, pois como sabemos, nós – as mulheres – na maioria, seremos mães de família e para darmos uma educação adequada a nossos filhos não podemos prescindir desses conhecimentos.

Outra vantagem deste Curso é a de recebermos, após três anos de estudo, um diploma nacional, caso a Escola em que estudamos seja reconhecida pelo Governo como é a nossa. Outra, é a preferência que se dá para o preenchimento de vagas às portadoras de diplomas de Curso de Formação. Pois é certo que se muitos estabelecimentos contam no número de seus docentes, algum que não tenha feito os estudos necessários, é porque há falta de professores formados – o que é lastimável, sob muitos pontos de vista, pois um professor sem base pedagógica, certamente ministrará lições insuficientes das quais as crianças se ressentirão pela vida em fora. Não seria uma das causas do fracasso de tantos estudantes do curso secundário a falta de base com que vieram do curso primário mal feito?

Outra vantagem, ainda – e esta nos sorriu a todas – é a possibilidade que teremos de após o Curso de Formação, ingressarmos numa FACULDADE DE FILOSOFIA onde encontramos campo vasto para desenvolver e aperfeiçoar nossos conhecimentos.

Não esquecendo de que a “teoria” é alguma cousa, mas não tudo, e que a “prática” é necessária, a aluna do Curso de Formação tem diante de si um lindo horizonte, uma maravilhosa perspectiva... e assim, na contemplação deste futuro que nos sorri e acena, voltamos a casa, convencidas, agora, das vantagens do Curso que em boa hora começamos a fazer.

*Glaura Accioly, 1º ano de Formação
(EXCELSIOR, 1949, p. 06)*

Após a análise deste trecho, percebe-se que apesar de algumas alunas ainda não terem em mente a importância da formação para a profissional da educação, as professoras já tentavam transmitir essa nova mentalidade às normalistas, ao demonstrar que educar não é somente por em prática um dom, mas sim utilizar-se de instrumentos

pedagógicos apreendidos através do estudo e do conhecimento de novas práticas de ensino.

Os horizontes encontram-se mais alargados; apesar de assumir que a maioria das alunas serão mães de família, a profissionalização é tida com expectativa; a vontade de trabalhar e, posteriormente, alcançar o nível universitário já causava a ansiedade com relação à ampliação da perspectiva de trabalho; mesmo que ao concluírem o Curso de Formação a maioria não prosseguisse com seus estudos, ser professora diplomada pelo Curso Normal dava à mulher uma melhor qualificação perante o mercado.

Além de profissionalizar, o Curso Normal foi responsável por também formar mães e donas de casa; algumas dessas, por diversos motivos não seguiram uma carreira profissional, porém utilizaram de alguma maneira os ensinamentos aprendidos durante os anos do ensino Normal; assim, todas as entrevistadas relatam seu agradecimento perante a educação que receberam na instituição como sendo uma “educação completa”.

Os pais daquelas jovens pretendiam que elas obtivessem o diploma de professoras emitido pelo colégio mesmo que essa formação profissional nunca fosse posta em prática. A educação transmitida através do Curso Normal, portanto, deveria tornar-se uma complementação da educação dada na família através da transmissão dos valores morais e religiosos requeridos socialmente.

Através do título de normalistas, diversas jovens entraram bem preparadas para o mercado de trabalho e conseguiram trilhar uma carreira profissional em várias cidades, tanto no meio urbano, quanto no meio rural, outras preferiram seguir os caminhos da vida religiosa, ingressando no convento que existia na instituição.

Com isso, compreendemos que o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi capaz de formar moças dentro dos moldes requisitados pela Igreja e pela família, já que mais do que uma educação moral foi capaz de formar dedicadas mães e competentes professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da pesquisa, procurou-se evidenciar como foram os processos de fundação e consolidação do Colégio Sagrado Coração de Jesus e de seu Curso Normal.

O recorte temporal, 1930 – 1947, possibilitou a análise da primeira fase do Curso Normal na instituição. Ao remontarmos à sociedade araguarina das primeiras décadas do século XX, perceberemos a ampla influência da Igreja Católica na sociedade, retrato este concebido em todas as cidades brasileiras da época.

A vinda das religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria para Araguari culminou com a abertura de uma escola primária particular em 1919. Isso era uma das grandes expectativas das famílias mais tradicionais da cidade, que procuravam por colégios capazes de transmitirem os valores católicos já impregnados na sociedade.

Mas, com apenas o ensino primário, essas famílias já não se contentavam. Era necessário que as jovens mocinhas pudessem ter uma educação mais sólida e uma perspectiva de profissionalização. Então, o Curso Normal veio a atender esta demanda.

Educar garotas dentro dos valores cristãos de castidade, recato, prudência e disciplina eram um dos grandes atrativos; a educação ministrada no magistério não era somente voltada para o ambiente escolar, mas também iria servir para as atividades domésticas que muitas seguiriam.

Por se tratar de uma escola confessional, religiosidade e a moral eram concebidas como o aspecto mais importante da vida estudantil; porém, o cuidado com os conhecimentos era grande, afinal era necessário formar boas professoras.

É possível, portanto, refletir quanto o papel do Curso Normal daquele momento; este deveria formar meninas para o magistério primário dentro dos padrões católicos impostos. É certo notar que a presença feminina dentro do ambiente escolar ainda era visto sob o modelo de mãe, ou seja, a mulher, um ser dócil, puro e abnegado seria a pessoa ideal para cuidar de filhos e de alunos.

Esta também era a melhor maneira de a Igreja continuar a angariar cada vez mais novos fiéis, já que esta mulher seria uma pregadora da fé dentro de sua família e dentro de seu ambiente de trabalho.

Mas o papel das Escolas Confessionais deste período vão um pouco mais além; elas foram de grande relevância para o aumento do quadro de professoras formadas através dos Cursos Normais, já que o desenvolvimento requeria cada vez mais um povo alfabetizado, e as escolas públicas reclamam à demanda de profissionais formados para o magistério. Isto fez com que muitas das garotas que procuravam o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus fossem atraídas pelo desejo de profissionalizar-se.

O Curso Normal formou centenas de alunas até o ano de 1993, quando por motivos de pouca demanda de matrícula houve a última formatura. Muitas não chegaram a trabalhar como professoras; casaram-se e utilizaram seus conhecimentos na educação dos filhos. Outras, após o convívio com as freiras, apaixonaram-se pela vida religiosa e entraram para o noviciado da instituição. Mas a maioria das alunas formadas seguiram seus passos no magistério, sendo professoras de várias gerações de alunos da cidade e de toda região.

Ao finalizarmos este estudo, compreendemos que o intuito de educar religiosamente futuras normalistas foi conquistado pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, pois, mediante os elementos analisados, podemos perceber que o ensino ministrado primava por desenvolver nas alunas os sentimentos de moralidade e fé cristã, transmitidos e fixados através da rotina do Colégio. Era necessário formar professoras capazes de divulgar o catecismo através de uma sólida formação pedagógica.

Atualmente, o Colégio desenvolve suas atividades com o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, correspondendo aos princípios educacionais propostos pela Rede Berlaar de Educação.

Entende-se que as reflexões e apreciações demonstradas neste estudo podem melhor contribuir para a compreensão do ensino confessional de Araguari e da região do Triângulo Mineiro, bem como num melhor entendimento do fenômeno educativo regional. É certo que as investigações acerca desta instituição não cessam neste trabalho, uma vez que muitas outras lacunas ainda estão por serem preenchidas. Porém, procurar desvela-las é um outro caminho ainda por ser percorrido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

1. Documentos do Arquivo da Instituição:

Cadernetas Escolares.

Livro do Tombo, Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1924- 1979.

Livro de Atas do Grêmio “Rui Barbosa” (internato), Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1944-1959.

Livro com termos de exames e promoção dos cursos adaptação e Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1937-1950.

Livro de Atas dos exames de 2º época do curso Normal, 1949-1962.

Livro de Atas dos exames de admissão ao curso de formação de professores primários, 1947-1960.

Livro de matrículas aos cursos de admissão e Normal, 1929-1938.

Livro de registro das falhas, número de aulas e notas do curso Normal, 1930, 1933.

Livro “Quadro Sinópticos” do curso Normal, 1936-1949.

Livro “Inscrição e resultados de exames”, cursos de adaptação, admissão e Normal, 1930-1952.

Livro de Atas de Reunião da Congregação, 1939-1963.

Livro de Atas dos exames finais dos cursos de adaptação e Normal, 1931-1946.

Livro de Matrícula “2” Colégio Sagrado Coração de Jesus 1939-1948.

2. Documentos do Arquivo Municipal “Dr Calil Porto”:

Dossiê de Tombamento – Conjunto Colégio Sagrado Coração de Jesus. Divisão do Patrimônio Histórico – Araguari, março 1998.

Lei municipal nº 214: estabelece verba de 2 contos de réis como auxílio ao Colégio Sagrado Coração de Jesus – Araguari, MG. (Lei extraída de Ata da Câmara Municipal de Araguari).

Revista “Lembranças Jubilares, Ginásio e Escola Normal Sagrado Coração de Jesus – 1919 – 1944 (mimeo).

Revista Excelsior. Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1939, nº 51

Revista Excelsior. Colégio Sagrado Coração de Jesus, 1949, s. n.º.

Jornal “O Triângulo”: Escola Normal “Sagrado Coração de Jesus” de Araguari. Araguari, 07 de fevereiro de 1932, p. 3.

Jornal “O Triângulo”: Artigo sem título. Araguari, 28 de fevereiro de 1932, p. 1.

Jornal “O Triângulo”: “Os estudantes necessitados e uma carta do Sr. Prefeito Municipal ao nosso Director”. Araguari, 06 de março de 1932.

Jornal “O Triângulo”: Columna da instrução. “O professor e a Escola Nova”. Araguari, 06 de agosto de 1933, p.2.

Jornal “O Triângulo”: “O fundador da Pedagogia Moderna; João Luiz Vives (1492-1540)”. Araguari, 24 de novembro de 1935, p.2.

Jornal “Gazeta do Triângulo”: “*Et valde mane... orto jam sole... Muito cedo... ao nascer do sol...*”. Araguari, 06 de abril de 1947, p.6.

3. Cartas:

CAMPOS, Francisco.[Carta] Arquivo Getúlio Vargas, GV. 31.0418/1. Carta ao Presidente Getúlio Vargas.

CARVALHO, O. G. de. [Carta] Belo Horizonte, 01.10.1931. Carta ao Sr. Dofico França.

4. Entrevistas:

ALAMY, M. H. R. (2006). Entrevista concedida a Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 16 de fevereiro.

CAMPOS, A. F. de M. (2003). Entrevista concedida à Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 07 de julho.

DUARTE, M. F. A. (2003). Entrevista concedida à Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 08 de julho.

LIMA, M. A. de. (2006). Entrevista concedida à Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 31 de janeiro.

RODRIGUES, I. (2003). Entrevista concedida à Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 20 de julho.

SOUZA, M. E. de A. (2006). Entrevista concedida à Melina Brasil Silva Resende. Araguari, 02 de março.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, J. C. S. (1986). **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas.
- ARAÚJO, J. C. S., e outros (2002). Discutindo a História da Educação – a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930 – 1945). In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p. 67-89.
- ARAÚJO, J. C. S., e outros (jan./dez. 2002). O Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia: Trajetória de pesquisa e contribuição na formação de jovens Pesquisadores. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia. Vol. 1, n. 1, pp. 11-16.
- ARIÈS, P. (1981). **História Social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- AZZI, R. (1997). **História da educação católica no Brasil**. São Paulo: FTD, v.1.
- BARROS, A. M. de (2005). Os Álbuns Fotográficos com Motivos Escolares: Veredas ao olhar. In: GATTI JÚNIOR, D. & INÁCIO FILHO, G. (orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas – Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p.117-132.
- BASTOS, M. H. C. (2002). Espelho de papel – a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p. 151-174.
- BICALHO, M. G., e LOPES, E. M. S. T.(1993). Colégios religiosos femininos e masculinos em Minas Gerais: um mapeamento ainda provisório. **Educação em Revista**. UFMG, Belo Horizonte; n. 17, junho, p. 47-55.
- BITTENCOURT, R. (1953). A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, p. 41-76.
- BOURDÉ, G. & MARTIN, H. (s.d.). **As Escolas Históricas**. S. 1. E., Portugal: Publicações Europa-América, p. 97-176.
- BUFFA, E. (2002). História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p.25-38.

- CAMBI, F. (1999). **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP.
- CERTAU, M. de, & outros (1996). **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes.
- CURY, C. R. J. (1986). **Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais**. 3ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados.
- FARIA FILHO, L. M. de. & VAGO, T. M. (2000). A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. SE/GOV. MG.** Belo Horizonte, p. 33-47.
- FIGUEIREDO, K., C., e GOMES, M. de C (1993). Colégio Sagrado Coração de Jesus: A Presença da formação religiosa na educação feminina. **Educação em Revista**. UFMG, Belo Horizonte; n. 17, junho, p. 38-46.
- FONSECA, N. M. L. (2003). **A História Oral no Museu da Escola de Minas Gerais: um arquivo aberto a pesquisadores da História da Educação Mineira**. Trab. apres. ao II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia, 6-9 maio. **Anais**. Uberlândia: EdUFU.
- FOUCAULT, M. (1977). **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes Ltda.
- _____ (1984). **Microfísica do Poder**. 4ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GARAY, L. (1998). A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões. In: BUTELMAN, I. (org). **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: Artmed, p. 109-136.
- GATTI JÚNIOR, D. (2000). Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais. **Ícone**, Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, MG, v. 6, n.2, jul./dez.. p. 131-147.
- GATTI JÚNIOR, D. (2002a). A história das instituições educacionais. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p. 03-23.
- _____ (2002b). Apontamento sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. In: **Cadernos de História da Educação**. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. v. 1., n. 1, jan./ dez. Uberlândia: UFU, p.29-31.
- _____ & INÁCIO FILHO, G. (orgs) (2005). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU.

- GINZBURG, C. (1987). **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** Trad. Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (1990). **História da Educação,** São Paulo: Cortez.
- GOUVEA, M. C. S. de. & ROSA, W. M. (2000). A Escola Normal em Minas Gerais. . **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** SE/GOV. MG. Belo Horizonte, p. 19-32.
- INÁCIO FILHO, G. (2002). Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas-Uberlândia: Autores Associados-EdUFU, p. 39-64.
- KNAUSS, P. (2001). Entre normas e conflitos – o cotidiano escolar na documentação do arquivo público do estado do Rio de Janeiro. In: **Educação no Brasil: história e historiografia.** Sociedade Brasileira de História da Educação (org). Campinas: Autores Associados, São Paulo, SBHE, p.205-216.
- LIMA, D. (1978.). **Educação, Igreja e Ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LOURO, G. (1987). **Prendas e antiprendas; uma escola de mulheres.** Porto Alegre: Universidade.
- MAGALHÃES, J. (1996). **Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a Memória e o Arquivo.** Minho, Portugal. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade de Minho. (mimeo).
- _____ (1998). Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.de & CATANI, D. B. (orgs). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, p. 51-69.
- MATOS, F. C de. (2003). **Sociedade e Educação em Uberaba: Colégio Marista Diocesano (1903 - 1953).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- MÁXIMO, C. G. e outros (2002). Educação, Imprensa e Disciplina: as escolas profissionais em Uberlândia, MG (1936-1950). **Cadernos de História da Educação.** Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, v. 1., n. 1, jan./ dez. Uberlândia: UFU, p.25-28.
- MELLO, O. (1982). **Monsenhor Fleury (a terra – a família – o padre).** 2ed. Belo Horizonte – MG: Santa Edwiges.
- MENDONÇA, Z. G. de C. (2005). **A História da Formação Docente: a singularidade da Escola Normal de Rio Verde, GO (1933-1974).** Goiânia: Asa.
- MEIHY, J. C. S. B. (2002). **Manual de História Oral.** 4ed. São Paulo: Loyola.

- MOURA, L. D. de (2000). **A educação católica no Brasil**. 2ed. São Paulo: Loyola.
- MOURA, G. F. M. (2002). **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. SRA. das Dores - Uberaba, 1940-1966)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- NAGLE, J. (1974). **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EdUSP.
- NASCIMENTO, T. A. Q. R. do, & BENCOSTTA, M. L. A. (1999). **O estudo da história de instituições educativas e o conhecimento da história social de uma região**. Comunicação ao GT de História da Educação. 22^a Reunião Anual da ANPED, 26 a 30\09\1999. Caxambu.
- NAVES, M. C. F. M., RIOS, G. M. (1988) **Araguari cem anos de dados e fatos**. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari.
- NOSELLA, P. e BUFFA, E. (1996). **Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933**. São Carlos: EdUFSCar.
- NÓVOA, A. (1992). Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 15-43.
- NUNES, C. (1992). História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182.
- OLIVEIRA, L. H. M. de M. (2003). **História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro, MG (1939 – 1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- PEIXOTO, A. M. C. (1983). **Educação no Brasil anos vinte**. São Paulo: edições Loyola.
- _____ (2000). A educação Mineira no Estado Novo. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. SE/GOV. MG. Belo Horizonte, p. 85-103.
- PRATES, M. H. de O. (2000). A educação Mineira no Estado Novo. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. SE/GOV. MG. Belo Horizonte, p. 67-83.
- RAGAZZINI, D. (2001). Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba, n.18, Editora da UFPR, p.13-28.
- RIBEIRO, M. L. S. (2001). **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 17. ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- ROMANELLI, O. O. (1980). **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 2ed. Petrópolis: Vozes.

- SILVA, W. A.da. (2004). **A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903 – 1916)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- SILVA, M. P. da (2005). **Educação da mulher e evangelização católica: um olhar sobre a escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- SILVA, T.T. da. (2001). **O currículo como Fetice** : a poética e a política do texto curricular. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____ (2002) **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SILVA, V. A.C. (1990). Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: THOMPSON, E. P. (1981). **A Voz do Passado**: História Oral. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUSA, V. L. P. de. (1994). Internatos. In: **Espaço Feminino**. Caderno 1, vol. 1, ano 1. Uberlândia, jan/jun, p. 37-61.
- VIEIRA, F. C. F. (2004). **Profissionalização docente e Legislação Educacional: Uberabinha (1892-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.
- ZOTTI, S. A. (2004) **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos 1980. Campinas: Editora Plano – Autores Associados.

ANEXOS

Lei n.º 214 de 4 de Fevereiro de 1919
 Em virtude da verba de 2.000.000.
 a título de auxílio ao Colégio Sagrado
 do Coração de Jesus.

O povo do Município de Anagany, por
 seus vereadores, decretou em sua sessão
 sancionando a seguinte lei:

Art. 1.º Fica criada a verba de dois
 contos de réis, por ano a título de auxí-
 lio ao estabelecimento de ensino Col-
 légio Sagrado Coração de Jesus, desta
 cidade.

Art. 2.º Fica o Chf. Agente Exmu-
 nis autorizado a pagar ao referido
 Colégio a quantia de quinhentos
 mil réis trimestralmente.

Lei municipal n.º 214: estabelece verba de 2 contos de réis como auxílio ao Colégio Sagrado Coração de Jesus – 04. 02. 1919. (página 1)

Artº 3º - O Colégio fica obrigado a ac-
 ceitar anualmente e gratuitamente
 dez alumnas ex tunc reconhecida-
 mente pobres e a juízo do Sr. Agen-
 te Executivo.
 Artº 4º - As despesas com o curso pela verba
 instrução pública, ou de qualquer
 outra sua origem.
 Artº 5º - Regram-se as disposições em
 contrário.
 Sancionamos a presente lei e mandamos a
 todos a quem o cumprimento e exe-
 cução de onerosa pertencem que a
 cumpram e façam cumprir tão in-
 tuitivamente como nella se contém. O
 escriptorio a registre e faça publicar
 e correr. Dado e passado na Secretaria
 da Câmara Municipal de Itagua-
 çu, aos 4 dias do mês de Fevereiro de 1919.
 Chelano Alberto Mendes da Cunha, Presi-
 dente e Agente Executivo Municipal
 Lira e que se continha na referida lei
 que para aqui copiei fielmente e
 me reporto ao arquivar os autos
 na C.ª. Municipal de Itaguaçu, escriptorio
 e arquivar.

Lei municipal nº 214: estabelece verba de 2 contos de réis como auxílio ao Colégio Sagrado
 Coração de Jesus - 04. 02. 1919. (página 2)

VANTAGENS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

Hoje, durante a aula de português, estudamos um poema de muito interesse para todos nós. A discussão foi muito viva e interessante, porque espontânea e natural. Vou tentar reproduzi-la para os leitores de "EXCELSIOR" que com toda a certeza, também, se interessam pelo assunto.

Disso uma de nossas colegas que não poderíamos lecionar sem ter primeiro feito o CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES PRIMÁRIOS. Outra discordou, afirmando que muitas coisas lecionam sem que possuam os conhecimentos ministrados no Curso de Formação. Concordei com ela porque achava que quase "instintivamente" sabemos ensinar às crianças. A turma, na sua maioria, parecia pender para o meu lado. Foi então, que tivemos, uma noção bem clara das vantagens do CURSO que estamos fazendo: nossa professora ministrou-nos alguns ensinamentos que nos colocaram à altura de verificar o "erro" em que estávamos, supondo necessário o que é essencial. Agora, ninguém mais acha que pode prescindir de estudo que se faz no Curso de Formação quando se pretende exercer o magistério. De fato: muitas pessoas parecem que "instintivamente" sabem

ensinar às crianças. Têm o dom de ensinar. Isso, porém, não é documento para se eximirem à tarefa de se formarem convenientemente. Ao contrário, obriga-as mais, ainda. E se é fato que muita gente sabe o que ensinar às crianças, é fato, também, que muitas vezes se ignora como ensinar às crianças essas coisas. Esse "como" aprendemos fazendo «bem» o Curso de Formação, onde estudamos psicologia, metodologia, filosofia, sociologia, história da educação, etc., ensinamentos todos muitos úteis, não só às que vão exercer o magistério, mas também, a outras, na vida prática, pois, como sabemos, nós — as mulheres — na maioria, seremos mães de família e para darmos uma educação adequada a nossos filhos não podemos prescindir desses conhecimentos.

Outra vantagem deste Curso é a de recebermos, após três anos de estudo, um diploma reconhecido em todo o território nacional, caso a Escola em que estudamos seja reconhecida pelo Governo como é a nossa. Outra, é a preferência que se dá — para o preenchimento de vagas — às portadoras de diplomas de Curso de Formação. Pois, é certo que se muitos estabelecimentos contam no nú-

mero de seus docentes, algum que não tenha feito os estudos necessários, é porque há falta de professores formados — o que é lastimável, sob muitos pontos de vista, pois um professor sem base pedagógica, certamente, ministrará lições insuficientes das quais as crianças se ressentirão pela vida em fora. Não seria uma das causas do fracasso de tantos estudantes do curso secundário a falta de base com que vieram do curso primário mal feito?

Outra vantagem, ainda, — e esta nos sorriu a todas — é a possibilidade que teremos, de após o Curso de Formação, ingressarmos numa FACULDADE DE FILOSOFIA onde encontramos campo vasto para desenvolver e aperfeiçoar nossos conhecimentos.

Não esquecendo de que a "teoria" é alguma coisa, mas não tudo, e que a "prática" é necessária, a aluna do Curso de Formação tem diante de si um lindo horizonte, uma maravilhosa perspectiva... e assim, na contemplação deste futuro que nos sorri e acena, voltamos a casa, convencidas, agora, das vantagens de Curso que, em boa hora, começamos a fazer.

GLAURA ACCIOLY
1.º ano de Formação

— ESCOLA NORMAL "SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS" —
SOB FISCALIZAÇÃO PERMANENTE

•

CURSOS GINASIAL E TÉCNICO DE CONTABILIDADE
SOB INSPEÇÃO FEDERAL
CURSOS PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO

•

— DIREÇÃO DAS IRMÃS DO "SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA" —
ARAGUARÍ — MINAS

INTERNATO — EXTERNATO — SEMI-INTERNATO